Ata Circunstanciada da 67ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA **ATA CIRCUNSTANCIADA DA 67ª (SEXAGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA,** **DE 27 DE AGOSTO DE 2024.**

INÍCIO ÀS 15H04MIN	TÉRMINO ÀS 19H06MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, obrigado. Permita-me também cumprimentar todos que assistem a nós pela TV Câmara Distrital, pelas redes sociais; vossa excelência, nosso presidente; nossos assessores e nossos queridos concursados da Polícia Civil do Distrito Federal.

No domingo, eu estava no Setor P Sul e conversei com um pastor da igreja, meu amigo, sobre vocês. A esposa dele também passou para o concurso de agente. Ela está ansiosa para tomar posse. Eu passei por isso. Sou do concurso de 1990. Passei 12 anos brigando para tomar posse, isso gera uma enorme ansiedade.

Mais do que nunca, vocês têm um grande representante nesta casa, o nosso presidente, que briga incondicionalmente para que o quadro da briosa Polícia Civil do Distrito Federal seja recomposto. Como disse o nosso presidente, ao longo do tempo a Polícia Civil foi perdendo os seus componentes. Se brincar, terá que fechar suas portas. Vocês são mais do que bem-vindos, vocês são úteis. O Distrito Federal espera muito que vocês entrem para o quadro da polícia para ajudá-la e, principalmente, combater essa onda de feminicídio, que vive em picos – não é, presidente? Estava lá em cima, diminui, agora começou a aumentar. Isso envergonha todos nós homens.

Nós precisamos de vocês e, nesta casa, vocês têm todo o respaldo na pessoa do presidente e na nossa. Nós estamos ombreados com sua excelência para que vocês possam ser chamados o mais rápido possível. Parabéns. (Palmas.)

Nós também estamos brigando pelos Avas e ACS. Incluímos recursos na LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para poder realizar contratações que são importantes, pois toda hora há um ciclo diferente de pandemia, de endemia, de dengue, de chicungunha, dentre outras. Nós também precisamos muito de vocês. Vai dar certo. Contem conosco.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

– Ata Sucinta da 65ª Sessão Ordinária;

– Ata Sucinta da 66ª Sessão Ordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Cumprimento o pessoal da Pestalozzi. Sejam bem-vindos! Dirijo-me à Jaqueline de Melo Alves, gerente, e Jaqueline Sales e Vinícius Resende, da comunicação. Sejam muito bem-vindos! Sou um admirador do trabalho de vocês.

Dia 28 de agosto de 2024, a Federação Nacional das Associações Pestalozzi, a Fenapestalozzi, comemora 54 anos de fundação e de trabalho dedicado à defesa e garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Com sede em Brasília, DF, a federação tem sido o lugar no qual há união de ações de assistência social, saúde, educação, trabalho, esporte, cultura e lazer realizadas pelas mais de 180 associações Pestalozzi, situadas nas 5 regiões do Brasil.

A Fenapestalozzi é uma organização civil de direito privado, sem fins lucrativos, com perfil beneficente de assistência social e, desde 1970, desempenha o papel de representar o movimento pestalozziano no Brasil.

Com referência na pedagogia de Johann Heinrich Pestalozzi, 1746 a 1827, a Fenapestalozzi, nesta data especial, reitera o compromisso com a promoção do protagonismo e da autonomia das pessoas com deficiência.

Parabéns à Fenapestalozzi pelos 54 anos de atuação em prol das pessoas com deficiência e suas famílias.

Muito obrigado e sejam bem-vindos! Parabéns novamente pelo trabalho de vocês. Tenho muita honra, inclusive, de poder comemorar esses 54 anos com vocês. Deus os abençoe e contem sempre com a Câmara Legislativa do Distrito Federal! Obrigado.

Saúdo o pessoal da carreira socioeducativa, por meio de seu sindicato e diretores. Clayton, quero afirmar o nosso compromisso. Falei com o Gustavo, na sexta-feira, e com o secretário Ney. Os compromissos – digo os compromissos porque foram firmados pelos 2 – foram reafirmados e precisam apenas de alguns ajustes com a Secretaria de Economia, para que seja concluída a análise técnica e financeira e possamos receber esse projeto na Câmara Legislativa.

Estamos ansiosos, e sei que falo por mim, pelo deputado Pastor Daniel de Castro, que é um defensor do servidor público, e pelos demais deputados. No dia em que a matéria chegar aqui, será votada e aprovada no mesmo dia. Vamos trabalhar para fazer isso o mais rápido possível. Obrigado.

Por falta de quórum, esta presidência vai suspender a sessão por 20 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h16min, a sessão é reaberta às 15h49min.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Declaro reaberta a sessão.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

O expediente lido vai a publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Como ninguém fará uso da palavra agora, declaro encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Diante dos pedidos dos deputados para protelarem as falas, suspenderei a sessão por 10 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h52min, a sessão é reaberta às 16h04min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Declaro reaberta a sessão.

Daremos continuidade aos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, deputados, deputadas e pessoas presentes à galeria da Câmara Legislativa.

Estamos na expectativa de votar alguns projetos. Um deles foi pactuado no Colégio de Líderes, diz respeito à derrubada de veto relativo à Defensoria Pública do Distrito Federal e contará com o nosso apoio. (Palmas.)

O defensor público-geral e o presidente da associação dos defensores e defensoras estão no plenário e têm feito pleito para que esse veto seja derrubado. Acho importante os parlamentares virem ao plenário para que possamos avançar nas votações.

Eu queria comentar muito rapidamente a situação inédita que vivemos no Distrito Federal desde domingo. A fumaça tomou a nossa cidade. Isso deixou a cidade absolutamente insalubre e liga o alerta para a questão climática.

Ainda vivemos um momento de negacionismo climático. Há pessoas que negam a luta que estamos fazendo para entender as emergências climáticas. A tragédia no Rio Grande do Sul e a fumaça no céu deste país só nos mostram que todo o poder público precisa pensar sobre medidas para mitigar, para enfrentar o negacionismo daqueles que não acreditam que a ação humana tem consequência predatória, e para tomar medidas preventivas com relação ao que está acontecendo.

O Distrito Federal enfrenta uma seca há mais de 125 dias, o que coloca a nossa condição de vida em situação precária. E essa fumaça piora ainda mais a saúde e tem impactos na rede de saúde e no meio ambiente.

Daqui a pouco, vamos debater o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Precisamos pensar na questão ambiental e numa nova lógica de cidade. Não adianta os projetos nessa área serem governados, nesta casa, pelas empreiteiras, que impermeabilizam o solo, não pensam com cuidado ambiental. Isso é muito importante.

Então, acho que precisamos ligar o alerta. Esta casa precisa assumir a sua responsabilidade com esse tema.

Deputado Hermeto, vossa excelência é da segurança pública, eu enviei ofício ao delegado-geral da Polícia Civil do Distrito Federal para que investigue os 93 focos de queimadas no Distrito Federal. Por meio de especialistas, sabemos que 99% das queimadas são criminosas. Nós queremos saber quem são os bandidos que estão tacando fogo neste país, que tacaram fogo no interior de São Paulo. Alguns já foram identificados. Houve 93 focos de queimadas no Distrito Federal no último final de semana. Nós queremos saber quem está tacando fogo no Brasil, a quem interessa destruir as nossas florestas.

Precisamos saber também os nomes dos proprietários do latifúndio, do agronegócio, que usam as queimadas como forma de baratear o uso dos seus terrenos. Isso também é grave. Precisamos fiscalizar isso no Distrito Federal. Os órgãos de controle precisam olhar para isso. Os donos do agronegócio não podem usar o fogo da forma irresponsável como parece que estão usando, não só aqui como em outras áreas do país, para desmatar.

Sabemos, deputado Robério Negreiros, que, aqui no DF, a grilagem de terra usa o fogo para desmatar a floresta e depois parcelar o solo para fazer ocupação irregular. Sabemos que a grilagem de terra opera dessa forma no Distrito Federal.

Nesta última semana eu fui ao Park Way. As pessoas estão convivendo com a fumaça e com a péssima qualidade do ar, lá no Park Way, já há mais de 1 mês por conta das queimadas. A população tem denunciado: são queimadas criminosas que estão acontecendo ali. São queimadas justamente para a grilagem de terra. São os operadores do banditismo desta cidade que grilam a terra para interesses privados. Nós precisamos combater isso com fiscalização e com investigação em relação ao que está acontecendo.

Portanto, são 2 alertas. O poder público do DF precisa atuar para mitigar os danos que nós estamos vivendo, hoje, do ponto de vista ambiental? Sim, apresentando um plano emergencial. E o alerta da questão climática e ambiental para todos os governos. As secretarias de meio ambiente deste

país, inclusive a nossa, têm de deixar de ser uma secretaria de meio ambiente com orçamento baixo, com falta de prioridade do poder público. Elas têm de virar secretarias centrais, porque elas têm uma importância no nosso direito ao futuro. Nós estamos lutando agora contra o fim do mundo e para que tenhamos direito à vida e ao futuro.

Precisamos nos atentar para essas questões no nosso país e também aqui no Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos os parlamentares presentes, à assessoria, àqueles que nos acompanham pela TV Câmara Distrital e também àqueles que estão na nossa galeria. Nós estamos aqui para apoiá-los.

Presidente, hoje eu recebi mais uma carreira lá no gabinete. Já são praticamente 80 carreiras de servidores públicos que nos procuram e nos demandam. Fico muito feliz com isso, já que eu sou servidor de 2 carreiras.

E hoje qual foi a carreira? Uma carreira da área federal, que é a da Caixa Econômica Federal, que tem unidades espalhadas em todo o nosso território brasileiro. Foi feito um concurso. Segundo o Dieese, a Caixa Econômica Federal tem um déficit de 20 mil servidores. Gente, a maioria dos aposentados e grande parte das pequenas cidades só contam com o serviço da Caixa Econômica; e ela está com um déficit de 20 mil servidores!

Então, eu venho conversar com o presidente da Caixa Econômica, Carlos Vieira, e com o vice-presidente de pessoas, Francisco Egídio, para que façam uma coisa simples. Eles já estão convocando alguns servidores aprovados nas primeiras vagas do concurso. Ótimo! Lembro que a diferença de colocação entre esses aprovados é mínima. Há uma lista de espera, um cadastro de reserva enorme que pode muito bem ser publicado também. Para que publicar esse cadastro de reserva? Para dar oportunidade à tão competente Caixa Econômica Federal de convocar mais servidores assim que ela precisar. Desses que serão convocados agora, muitos não assumirão porque já passaram em outro concurso.

Então, o que estamos esperando? A indústria do concurso público no Brasil? Não acredito nisso. Acredito na Caixa Econômica Federal, no presidente da Caixa Econômica, senhor Carlos Vieira, e no vice-presidente de pessoas, Francisco Egídio. Acredito que eles podem fazer a publicação de todo o cadastro de reserva daqueles que fizeram o concurso público da Caixa Econômica. Dessa forma, a Caixa Econômica poderá, paulatinamente, de acordo com a necessidade, convocar esses servidores que foram aprovados, que estão aptos, que estudaram e têm a diferença de pontuação muito pequena. Com isso, ajudaremos quem? A Caixa Econômica Federal. Ajudaremos quem? Aqueles que passaram no concurso. Ajudaremos quem? A população do Brasil que precisa que a Caixa Econômica continue exercendo esse excelente trabalho que ela já realiza.

Já fiz contato com o nosso presidente, deputado Wellington Luiz, que se prontificou a falar com algumas pessoas da área federal. Estamos em contato também com a nossa amiga, excelente e competente deputada federal Erika Kokay, do Partido dos Trabalhadores, eleita por Brasília, que também é da Caixa Econômica. Estamos pedindo a essa gama de pessoas da Caixa Econômica que faça o que é correto: convoquem os concursados por meio da publicação do cadastro reserva desse concurso.

Fico muito contente em saber que o Dieese já publicou a situação do déficit de 20 mil pessoas. Há 4.200 aprovados que podem ser colocados no cadastro de reserva, cuja publicação pode ser feita por edital. Basta que a Caixa Econômica deseje isso, e acredito que a Caixa Econômica deseja o melhor para o Brasil.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado João Cardoso.

Indago se algum deputado quer fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, deputados, deputadas, todos os presentes, turma da galeria, nas lutas pelo rio

Melchior; pela nomeação dos enfermeiros; pelas nomeações na polícia, de Avas e ACS. (Palmas.)

Mais uma vez, presidente, esta casa recepciona a luta das cidades, que tem tido um ponto muito comum: proteger o Distrito Federal; fortalecer o serviço público. Infelizmente, não temos visto isso acontecer por parte do Poder Executivo.

Senhor presidente, 3 assuntos me trazem a esta tribuna. O primeiro, muito breve: eu estava agora em um ato histórico, no Iphan, no lançamento da exposição do projeto de restauração das obras de arte que foram atacadas violentamente naqueles atos golpistas do dia 8 de janeiro. Foi um marco belíssimo, senhor presidente, importante para a história da democracia.

Já falei sobre isto nesta tribuna algumas vezes neste semestre: o papel importante que esta casa cumpriu na CPI dos atos golpistas, pois identificou – ficou provado; nítido – que houve uma tentativa de golpe, operada, havia inteligência e, infelizmente, ela contaminou alguns setores da esfera pública – inclusive do Distrito Federal, que deveria proteger a nossa Constituição e a nossa democracia.

Quero saudar e parabenizar o presidente Lula, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, e o presidente do Iphan, Leandro Grass, pela brilhante iniciativa e tão importante para o patrimônio histórico, artístico e cultural do nosso país, mas também em defesa da democracia.

O segundo ponto, senhor presidente: eu estive hoje de manhã na Escola Classe 16 de Planaltina. E quero dizer desta tribuna que parabenizo aquela comunidade escolar, principalmente os profissionais, os professores, as professoras e todo mundo que trabalha na escola, os terceirizados, os servidores, na figura do diretor, o professor Wellington. E faço isso porque essa escola foi vítima, na semana passada, de um ataque. O deputado Pepa acompanha isso em Planaltina, não é, deputado Pepa? Lamentavelmente, houve um ataque, que, obviamente, traz a necessidade de debatermos a segurança nas escolas, mas debatermos com seriedade, sem bravata, sem projetos para jogar para a galera.

As escolas não têm gente! Não têm porteiro, presidente! Falta profissional; falta coordenador pedagógico; falta assistente social; falta psicólogo; falta professor; falta monitor; falta dinheiro do PDAF! A escola recebe só 50 mil reais do PDAF todo semestre! Como é que se sustenta uma escola com mil estudantes?

A secretaria fez um puxadinho na escola para colocar mais estudantes e não aumentou o recurso da escola. Os professores fazem um trabalho brilhante, presidente, brilhante! Vários projetos de cultura de paz, de educação ambiental, de leitura. Vão lançar um livro agora, deputado Pepa, um livro escrito pelos estudantes, em um projeto maravilhoso da escola.

Então, eu quero saudar essa comunidade e colocar esta casa à disposição, bem como a Comissão de Educação, Saúde e Cultura; e dizer que nós estamos juntos para proteger a comunidade escolar. Proteger a comunidade escolar significa ter política pública séria, investimento, valorização, nomeação de servidor, inclusive nomeação de mais policiais, civis e militares, reforço do batalhão escolar. O problema da violência não é um problema restrito à escola, é um problema social; é preciso haver uma política séria de assistência social, de desenvolvimento, de geração de emprego e de renda. É assim que de fato protegeremos as nossas escolas, e não com o que vemos aqui, que serve só para enriquecer, mais uma vez, o bolso de empresários. Para que serve detector de metal na porta das escolas? Eu quero saber qual empresa ganhará a licitação. Será que isso já está acordado? As escolas precisam é de investimento, o governo precisa lidar de maneira séria com isso, presidente.

Mais uma vez saúdo o brilhante trabalho da Escola Classe 16 de Planaltina, e de todas as escolas do Distrito Federal.

Presidente, vossa excelência me permite falar por mais 1 ou 2 minutos?

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Para encerrar, trago aqui uma carta aberta do Fórum de Defesa das Águas do Distrito Federal. Além do fórum, ela foi assinada por várias entidades que o compõem.

Uma preocupação e um alerta: nós iniciamos a semana com a fumaça que tomou conta da cidade e que roubou até o céu azul de Brasília. Nós sabemos que estamos em um grave período de seca. Já há uma investigação sendo feita por meio do brilhante trabalho da Polícia Civil, da Polícia Federal, do Ibram, dos órgãos de controle, para comprovar que parte dessas queimadas são criminosas, inclusive há interesse de cunhos político e econômico, e colocam em risco a vida de toda a população. É preciso investigar os criminosos que estão tocando fogo no nosso Cerrado e em nossos biomas.

Presidente, esta carta é um alerta e uma denúncia ao descaso do poder público com a pauta ambiental. Eu gostaria, brevemente, de tratar de alguns pontos específicos dela.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Presidente, eles denunciam, por exemplo, a falta de gestão da APA do Planalto Central, criada justamente para proteger os mananciais, para regular o uso dos recursos hídricos, do parcelamento do solo, para garantir o uso racional dos recursos naturais e para proteger Brasília.

O conselho consultivo não se reúne há anos e tem sido leniente com os desmatamentos, com a grilagem, não tem se posicionado sobre assuntos importantes como, por exemplo, a poluição do rio Melchior, a tentativa de criação de mais um bairro, que colocará em risco a Arie JK, os processos que têm avançado, inclusive com a liberação da regulação no Lago Paranoá, o avanço da especulação imobiliária sobre a Serrinha do Paranoá, sobre o Lago Oeste e sobre vários lugares da cidade, o que coloca em risco o lugar onde vivemos. O problema é grave!

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Não é um problema para o futuro, é um problema para agora. O Governo do Distrito Federal não está fazendo nada, pelo contrário, o governador vetou na LDO o dispositivo do orçamento do ano que vem referente à prevenção de desastres ambientais. Não há essa ação no orçamento do Distrito Federal. Aliás, a despesa do orçamento do Distrito Federal com desastres ambientais é um traço desde 2019. Por isso nós fomos ao Tribunal de Contas, porque o governo não faz nada! Ele fecha os olhos, deputado Joaquim Roriz Neto, e está deixando rolar solta a destruição, o desmatamento, a grilagem de terra, a especulação imobiliária. E quem está pagando – e pagando muito caro –, infelizmente, é a população do Distrito Federal.

Portanto, presidente, fica registrada a carta do Fórum em Defesa das Águas do Distrito Federal, uma carta aberta para esta casa, para a sociedade, para o Governo do Distrito Federal, a fim de que possamos proteger as nossas águas e o Cerrado.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, obrigado.

Eu gostaria de agradecer a Deus por este momento e cumprimentar as pessoas que estão na Câmara Legislativa acompanhando os nossos trabalhos.

Antes de iniciar a minha fala, eu gostaria de prestar minha solidariedade a um incêndio que houve, deputado Thiago Manzoni, em Valparaíso, o qual tirou a vida de uma criança e de um dos seus pais. Que Deus possa tocar no coração dessa família neste momento tão desesperador.

Falando em incêndio, eu escutei a fala de alguns parlamentares e queria tocar nesse assunto das queimadas que vimos chegar a Brasília a partir de domingo. Quando eu acordei, nós pensamos que estava havendo um incêndio do lado da nossa casa, de tão forte que estava a fumaça; pensamos que era extremamente próximo de nós. Depois, fomos pegando as informações e descobrimos que não foi somente o Distrito Federal que ficou coberto de fumaça, foi praticamente todo o Brasil.

Eu vou ler algumas estatísticas para vocês. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, só na Amazônia foram registrados mais de 45 mil pontos de incêndio. Foi um aumento de 76% em relação aos 8 primeiros meses do ano passado. Aqui no Cerrado foram 31 mil focos de incêndio, contra 22 mil do ano passado – um aumento de quase 40%. Esses dados foram divulgados pelo *Correio Braziliense* ontem e por vários jornais no mundo.

Eu estou curioso para entender... porque nós estamos recebendo notícias de casos suspeitos de incêndios, a polícia está fazendo investigação... Hoje mesmo foi divulgado pela Globo que 6 pessoas foram presas pelos incêndios; e os outros 75 mil pontos de foco de incêndio que estamos vendo espalhados pelo Brasil? Eu quero entender isso. Vai ser a teoria da conspiração agora? Eles vão falar que é um ato político, que é uma perseguição política essas queimadas? Sendo que os dados mostram que esses aumentos estão acontecendo em milhares de pontos espalhados pelo Brasil!

Eu queria saber onde estão os nossos grandes artistas para se manifestarem contra essa ação que está acontecendo? Onde está o Nando Reis, a Preta Gil, a Daniela Mercury, a Iza, para fazer

aquelas musiquinhas lindas para proteger a Amazônia? Onde está o "Salve a Amazônia"? Onde está o clipezinho no Fantástico? O ano de 2024, deputado Pastor Daniel de Castro, está batendo o recorde de queimadas, mas não há ninguém falando disso! Não há nenhuma celebridadezinha fazendo postagem no Instagram. Eu vou lhes falar o porquê: há 16,5 bilhões de razões do porquê eles estarem calados, porque são 16,5 bilhões de reais liberados pela Lei Rouanet para esses grandes artistas. São só os grandes artistas globais que se beneficiam disso.

Nós, deputados distritais, reconhecemos o valor da cultura, o valor de ajudar os pequenos artistas, aqueles que nunca tiveram oportunidade, que nunca tiveram um palco grande para se apresentar e mostrar o seu talento. Mas esse dinheiro não está indo para eles, não; está indo só para os globais ficarem cada vez mais ricos, permanecerem no silêncio, ficarem viajando e poderem deixar de se manifestar.

O governo Lula destinou 4 vezes mais recursos do que os 4 anos do governo Bolsonaro. O governo Lula destinou, só nesses últimos 2 anos, mais recurso do que todo o governo da Dilma, todo o governo do Temer. Foi um recorde, deputada Jaqueline Silva: 16,5 bilhões de reais! É por isso que não há nenhum global falando em salvar a Amazônia. Eles, com essa desculpa insana – desculpem-me dizer desculpa insana –, falam de que todos esses pontos de incêndio estão sendo causados por indivíduos. Eu vou dizer quem é a culpada disso!

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – A culpada disso é a ministra do meio ambiente Marina Silva. Ela não está agindo de acordo com o século em que ela vive. Ela está ultrapassada. A ministra acha que fazer publicidade com a frase: "Vamos salvar o planeta" e participar de fóruns internacionais ajudará em alguma coisa. Ela não age de acordo com as novas tecnologias que já existem.

Eu falo disto com toda sinceridade, deputada Dayse Amarilio. É só pegar qualquer recém-formado em desenvolvimento econômico sustentável, em novas tecnologias, em meio ambiente, de qualquer universidade do Brasil, que ele consegue fazer um trabalho melhor do que a Marina Silva. O tanto de tecnologia que ela poderia estar implementando para fazer captura e armazenamento de dióxido de carbono, para aprimorar o agro sustentável, para aprimorar a agricultura...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – ... para aprimorar novas tecnologias e estratégias de reciclagem. Ela poderia usar a inteligência artificial para fazer mapeamento e modelagem climática para usarmos a tecnologia à nossa disposição a fim de, realmente, ajudar o meio ambiente. A única coisa que ela faz é discursinho. A única coisa que ela faz é aparecer e falar em fóruns de meio ambiente. Ela é uma ministra do passado, que não sabe usar as tecnologias que existem hoje para proteger o nosso meio ambiente que é extremamente necessário.

Eu falo ainda mais sobre isto: o parlamentar que não trabalha para proteger o meio ambiente é egoísta, porque, embora isso não possa ser um problema para as pessoas que estão dentro deste plenário, vai ser um problema seriíssimo para os nossos filhos e netos. Precisamos colocar pessoas competentes e realmente dedicadas.

Eu falo com toda a sinceridade: a ministra devia ter vergonha na cara e renunciar, para que seja colocado alguém verdadeiramente competente para proteger o meio ambiente no Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Joaquim Roriz Neto.

Registro a presença dos estudantes e professores do CEM Ave Branca, de Taguatinga, participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam todos bem-vindos. Deem um tchauzinho para a televisão.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Ainda estamos sem quórum. Eu queria responder a provocação do parlamentar que me antecedeu na tribuna, o deputado Joaquim Roriz Neto.

Primeiro, quero dizer que o deputado não tem moral nenhuma para acusar a ministra Marina Silva. Não tem moral porque ele é do partido do presidente da República negacionista em relação à questão climática e ambiental. O ex-presidente da República não tinha nenhum apreço com a questão

ambiental neste país. Isso está muito claro. A postura do Bolsonaro foi de puro negacionismo político ao longo dos 4 anos de governo. E agora está evidente. Não sou eu que estou falando, é o próprio governador de São Paulo, Tarcísio. Houve o dia do fogo criminoso em São Paulo!

Nós temos um setor do agronegócio que, infelizmente, para baratear os seus custos em relação às suas terras, colocou fogo na reutilização posterior das suas terras. Isso é um absurdo e é um método que precisa ser proibido neste país. Esse fogo é criminoso! Houve 93 focos de fogo no Distrito Federal que precisam ser investigados. A Polícia Federal já abriu 30 inquéritos para investigar os focos de fogo neste país.

Nós sabemos que a ministra Marina Silva nasceu no Acre, foi alfabetizada aos 14 anos, foi seringueira e sempre lutou de forma muito honesta e séria pela questão ambiental neste país. Então, se há um partido, o PL, do ex-ministro Ricardo Salles, que passou a boiada em relação ao meio ambiente, porque não tinha respeito por ele... Eles acabaram, durante 4 anos, com toda a legislação de proteção ambiental e agora querem falar de meio ambiente? Não dá para falar de meio ambiente. Não há moral para falar de meio ambiente. Deviam ajudar a perseguir os criminosos que estão fazendo isso no campo pelo país. Nós, sim, temos compromisso com o meio ambiente.

Eu queria fazer um desagravo à nossa ministra Marina Silva, pela sua seriedade na condução desse processo. Se fosse o ex-presidente da República, nem sala de crise haveria. Ele estaria aplaudindo o fogo do agronegócio neste país. Essa é a realidade, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Pela ordem, o deputado Gabriel Magno, porque sua excelência pediu a palavra primeiro.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, trago aqui 2 questões. A primeira, para reafirmar o compromisso do governo Lula e da ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, com a agenda ambiental. É inacreditável, presidente, que aqueles que defendiam o governo negacionista, o governo que tinha como ministro do Meio Ambiente o criminoso Salles, aquele que virou réu por exportar madeira ilegal do Brasil, em conluio com madeireira, com garimpo ilegal, com ataque aos povos indígenas, aquele ministro que, naquela reunião presidencial com os ministérios, disse: "Vamos aproveitar a pandemia para passar a boiada, para flexibilizar a legislação ambiental"... Essa turma não tem moral nenhuma para falar disso. Essa turma é aquela que dizia que o meio ambiente atrapalha o desenvolvimento. E agora vem fazer crítica e posar de defensora do meio ambiente.

Essa turma não tem autoridade moral, presidente, para falar de defesa de meio ambiente, porque eles tentaram destruir o Brasil. E, agora, parte dela está encobrindo os criminosos. Alguns, inclusive, estão financiando para que taquem fogo no Brasil inteiro e aqui no Cerrado.

Então, presidente, a minha questão de ordem é para repudiar o ataque, sem nenhum fundamento, à história da ministra Marina Silva e ao seu compromisso com a defesa do meio ambiente, neste país. Talvez, presidente, não haja hoje nenhuma pessoa viva, neste país, com autoridade internacional da ministra Marina Silva na pauta ambiental.

Toda a nossa solidariedade à ministra Marina Silva. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, só para reiterar a minha fala, em resposta ao deputado que me antecedeu, é extremamente negacionista – eles, que gostam tanto de usar esse termo –, da parte dele, acreditar que 30 inquéritos que foram abertos são responsáveis por mais de 75 mil pontos de foco de incêndio que houve neste ano. É uma desculpa muito fácil colocar a culpa em meia dúzia de pessoas pelo trabalho malfeito que vem sendo realizado dentro do Ministério do Meio Ambiente.

E eu não nego as boas intenções da ministra, não. Tenho certeza de que ela quer defender o meio ambiente, defender os nossos biomas naturais. O que eu estou falando é que ela é ultrapassada. As suas estratégias são incoerentes com a época em que vivemos, e ela deveria revê-las para poder fazer esse enfrentamento dentro do século que estamos vivendo, um século tecnológico, em que existem estratégias para enfrentar esse problema, as quais ela tão pouco conhece e tão pouco utiliza, deputado Roosevelt. Essa é a minha indignação e não a boa intenção da ministra; é a capacidade dela. Ela está ultrapassada.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, pelo adiantado da hora, estamos perdendo o quórum. Então, eu pediria a gentileza e a compreensão de todos os parlamentares para que pudéssemos entrar na Ordem do Dia, pois existem 3 projetos importantes a serem apreciados; senão, amanhã, teremos que fazer um esforço concentrado para as votações.

Aproveito a oportunidade para solicitar a inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 1.247/2024, de autoria do Poder Executivo, acordado na reunião do Colégio de Líderes de ontem.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Acato a sugestão do deputado Robério Negreiros, mas ainda há alguns deputados inscritos para falar.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu agradeço a vossa excelência.

Deputado Robério Negreiros, eu fico aqui até a hora que for preciso para votar as matérias. Nós as votaremos.

O agro não é criminoso. Criminoso é o MST. Criminoso é o PCC, do qual um dos meliantes falou que o PT tinha diálogo cabuloso com eles. Eles são criminosos. O MST é criminoso, invade propriedade privada, destrói propriedade privada. O PCC é criminoso.

Fogo em 2022 era culpa do Bolsonaro. Fogo em 2024 é culpa do aquecimento global, é culpa de criminoso, é culpa do raio que o parta; só não é culpa do governo atual. Eu não sei como não têm vergonha. Faz 2 anos que o Lula preside o país. Faz 2 anos que essa ministra do Meio Ambiente não tem a menor ideia do que fazer. Aí vêm aqui dizer que a culpa é do Bolsonaro, que a culpa é do Ricardo Salles!

Quem destruiu o Ibama foi o Lula. Quem colocou a Marina como ministra foi o Lula. A destruição do meio ambiente no Brasil tem nome: Luiz Inácio Lula da Silva.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, deputado Ricardo Vale, boa tarde. Boa tarde a todos os meus pares presentes, a todos os que nos acompanham pela TV Câmara Distrital e aos alunos do Cemab, de Taguatinga. Sejam sempre bem-vindos a esta casa!

Senhor presidente, quero tratar de 3 assuntos rápidos que envolvem a temática em que nos aprofundamos: a mobilidade. Eu vou começar pela ordem que listamos.

No dia de hoje, a Polícia Civil, que está aqui e que conta com o nosso apoio para a nomeação de novos policiais civis no Distrito Federal – quero registrar a importância da Polícia Civil –, investigou e prendeu um frentista que estuprava mulheres na passarela da EPNB. Olhem só, depois da prisão dele, 4 mulheres já o identificaram como abusador, com o mesmo *modus operandi*: a passarela.

Se resgatarmos a nossa memória neste parlamento, já debatemos que ser humano não tem que voar nem ir por baixo, que travessia de pedestre é no nível da rua, é na faixa. Há o adensamento populacional no Riacho Fundo I e no Núcleo Bandeirante. Na via, colocam uma passarela com mato em volta, pouca iluminação e acham que isso vai resolver o problema.

Nós já havíamos alertado que essas passarelas, nos lugares de maior concentração de população, não são o ideal. A escolha da passarela é para se privilegiar o carro, que não pode parar, tem que continuar seguindo reto; e a população tem que penar para poder atravessar as vias. As mulheres correm 4 vezes mais risco de sofrer uma violência hoje no Distrito Federal, sobretudo quando se fala de mobilidade. Também corre risco a pessoa da melhor idade, que não consegue subir escada; o cadeirante, que não consegue subir a rampa da passarela; o ciclista, que tem que carregar a bicicleta nas costas. Passarela é coisa do passado num lugar como o Distrito Federal.

Externo o nosso repúdio a essa situação. Nós temos que rever aquela passarela. Colocar a travessia em nível e colocar um sinal com temporizador. A população chega, aperta o botão do sinal. O

carro que espere. Assim, todo mundo vê a mulher, todo mundo vê o pedestre. Essa é a tática e a defesa que fazemos.

Chamo atenção: no dia 15 de fevereiro, neste lugar em que estou, anunciei que a nossa equipe da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana tinha identificado que a obra da Estrutural estava com problemas. Nós nos sentamos com o presidente Michel, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e falamos: "Essa obra tem problemas. Há ondulações e fissuras nessa obra recém-feita." O tribunal levou ao local a área técnica da Polícia Federal, que constatou que de fato a obra foi malfeita, e proibiu, cancelou, congelou o pagamento ao consórcio até que sejam sanados os problemas, porque não faz sentido serem pagos quase 80 milhões – o dinheiro do povo não é para se jogar no lixo, não – numa via concretada que não precisava. O concreto era necessário apenas para o corredor do ônibus. Concretaram tudo. Agora, vamos ter que fazer ajustes numa via que custou 80 milhões, que não tem paradas nem iluminação para a travessia de pedestres. Gente, não dá para haver esse tipo de desperdício do dinheiro público.

Agora, deputado Fábio Félix, a comissão está alertando sobre outro problema. Em 2020, o Governo do Distrito Federal gastou 8 milhões para refazer a Epig. Essa pista que chega à Câmara Legislativa, ao Ministério Público, ao tribunal foi feita há 3 anos praticamente – pode-se dizer isso – a um custo de 8 milhões de reais. Ela estava um tapete. Todavia, o Governo do Distrito Federal resolve concretar a Epig por 132 milhões de reais.

Alguém perguntou se a população queria concreto naquela via? Por que não concretamos só a faixa do BRT? Conheço o projeto do BRT. Para quem não sabe, o projeto do BRT é de 2006. A primeira etapa do BRT Oeste feita é a da EPTG. As pessoas se esquecem disso. A primeira etapa feita foi a da EPTG. Agora estão tentando remendar. Vão levar um fluxo de carros para o Parque da Cidade, que é um lugar de lazer, um lugar de vivência. Vai haver um tráfego de carros surreal dentro do Parque da Cidade. Quando houver atropelamento – que eu não quero que haja –, quando houver um monte de incidentes ruins – que eu não quero que haja –, algo imprevisível, bastará fazer estudo técnico. O volume de carros, deputado Fábio Félix, no Parque da Cidade coloca em risco todo mundo. Pelo amor de Deus, será que não há alguém da equipe técnica que consiga fazer um alerta sobre isso?

O Iphan proibiu e agora determinou a liberação a partir dos estudos técnicos. Mas eu quero reforçar: essa obra no Parque da Cidade não faz sentido e não fazia parte do projeto.

Vamos levantar os estudos para identificar qual era a real necessidade de se concretar toda a Epig novamente.

Chamo a atenção para uma questão.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Para concluir, deputado Ricardo Vale.

Sabem de onde iniciava o corredor oeste do BRT? Do Sol Nascente, deputado Roosevelt. Nós conseguimos terminar primeiro o viaduto do Sudoeste, conseguimos terminar primeiro a passagem entre os eixos, vamos conseguir terminar primeiro a Epig, mas a parte mais importante, o acesso do Sol Nascente cidade ao Plano, não vão fazer, porque escolhem deixar o povo para lá. Preferem deixar que o povo mais empobrecido e que mais precisa do transporte público seja o último a ser beneficiado com um projeto que é para a mobilidade urbana e não para o veículo individual. O viaduto do Sudoeste é para atender o veículo individual.

Gente, o viaduto de Taguatinga não resolveu nada! Eu queria que alguém fosse lá comigo. Todo dia eu estou lá filmando, porque eu estou fazendo uma série histórica do milagre do túnel que não resolveu o problema.

Nós também estamos alertando sobre o Jardim Botânico e São Sebastião. O viaduto vai ter placa com o nome de alguém, mas não vai resolver o problema do trânsito de São Sebastião. Não sou eu que estou agourando, não, é o estudo técnico. Existe uma coisa chamada caixa de rolagem.

Lá há o Alphaville, o d'Armas, o Mangueiral – agora vai haver o Alto Mangueiral –, Crixá. Aquela obra não comporta o volume de veículo da região, mesmo antes de a obra iniciar. Sabe o que nós vamos fazer? Haverá agora um engarrafamento sob o túnel, para chamar de meu.

Está errado o modelo que estão pensando, e está errado como se gasta o dinheiro do Distrito Federal! Nós estamos aqui para seguir fiscalizando cada obra que envolve mobilidade urbana, porque isso é coisa séria e estão colocando em risco o desenvolvimento do Distrito Federal para o futuro. É só olhar o que aconteceu com Los Angeles – estão fazendo a mesma coisa com o Distrito Federal. Ampliaram vias com o argumento de que iria melhorar o trânsito, construíram um viaduto que iria

melhorar o trânsito. Vejam alguma fotografia de Los Angeles hoje. Está intransitável. Por isso, nós seguimos defendendo corredores exclusivos para ônibus, quilômetros de BRT, de VLT e de metrô.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde. Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, servidores, pessoal da nomeação, pessoal da Defensoria. (Palmas.) Estamos aqui, estamos na luta por vocês. Como servidora que sou, vocês sabem que podem contar conosco.

Presidente, eu estou vestindo uma blusa sobre a enfermagem. Ontem, falamos sobre isso no Colégio de Líderes, mas acho importante trazermos alguns dados.

Sou profissional da enfermagem, sou enfermeira há 23 anos. Nós estamos em uma campanha, na verdade em uma luta histórica, uma luta de muitas décadas, uma luta que fala uma coisa muito simples.

A Constituição dispõe que o trabalhador deve receber de acordo com a complexidade do trabalho oferecido e também com o impacto social daquele trabalho na sociedade. Eu acho interessante, porque os enfermeiros e os técnicos de enfermagem – a enfermagem em si – são considerados, um pouco, heróis. Todo mundo que nos vê fala: "Nossa, vocês são heróis". Na pandemia, nós passamos muito por isso. Relacionavam-nos com essa questão da coisa vocacionada, como quase anjos. Entretanto, as pessoas não entendem muito bem a função de cada um: o que o enfermeiro faz, o que o técnico faz, o que o auxiliar faz.

Eu acho importante trazermos esse assunto a esta casa, porque esta é uma luta histórica, e, como eu falei, as pessoas não têm muita noção do que os enfermeiros fazem.

Eu trouxe alguns dados. Nós temos estudado durante muitos anos, feito especializações, e temos falado em práticas avançadas da enfermagem no Brasil e no mundo – práticas, inclusive, regulamentadas em leis, do próprio exercício profissional e em decretos –, mas parece que para a enfermagem tudo é mais difícil, até para fazermos aquilo que é nosso dever fazer. Para fazermos um parto humanizado, temos que recorrer a liminar, pois, muitas vezes, proíbem o enfermeiro de fazer aquilo que é o seu dever. É surreal!

Eu trouxe alguns dados que mostram uma característica muito importante que tem que ser falada aqui no Distrito Federal, que é a atuação do profissional enfermeiro em todos os níveis de assistência.

Quando pegamos o gráfico do Brasil e – vemos em azul aqui o profissional de enfermagem, e aqui outra categoria –, vemos que nos outros estados, inclusive em populações que têm mais ou menos o mesmo número de habitantes que o Distrito Federal, outra categoria profissional tem o maior número de atendimento em consultas individuais e procedimentos. Quando pegamos o Distrito Federal, a lógica se inverte, e o profissional enfermeiro é o profissional que tem o maior número de procedimentos feitos por categoria profissional e o maior número de consultas individuais.

Isso porque nós não temos sistemas de informação para colocar tudo que esse profissional faz. E isso aqui está em todos os nossos gráficos, o que mostra que no Distrito Federal os enfermeiros têm sido, realmente, não só um pilar de resolução de problemas mas também o profissional que mais produz e produz em práticas avançadas.

Por que eu digo isso? Porque nós tratamos infecção sexualmente transmissível, hanseníase, hipertensão, diabetes, tuberculose; fazemos pré-natal, atendimento à criança, puericultura, implementação de DIU. Chegamos ao total de quase 7 mil partos por ano. Esses são dados de 2023. Acredito que neste ano de 2024 vamos superar 8 mil, 9 mil partos realizados pelo profissional enfermeiro.

As pessoas não têm noção do que o enfermeiro faz. Estou com esta camiseta que fala do sonho de que o profissional enfermeiro não seja o profissional mais mal remunerado de todos os cargos de nível superior da Secretaria de Saúde, mas que ele seja valorizado.

Eu, como profissional de enfermagem, quero dizer que queremos construir com o Distrito Federal um plano no qual uma maior autonomia e uma maior valorização dessa categoria profissional possam, sim, ser um fator decisivo, inclusive na atenção secundária. Nós fazemos a atenção primária, mas, quando se muda o local, o nível de atenção na atenção secundária, não podemos mais fazê-lo.

Uma portaria simples da Secretaria de Saúde, um decreto simples da Secretaria de Saúde poderiam dar autonomia para o enfermeiro, por exemplo, tratar na atenção secundária essas infecções que ele já trata na atenção primária.

Essa é a nossa luta e nós amanhecemos com uma decisão, na verdade, triste, porque não existe ainda deflagração de greve por essa categoria, existe uma mobilização que está marcada para amanhã, com uma paralisação parcial de algumas horas. Contudo, infelizmente, já saiu uma liminar, deputado Jorge Vianna, falando que a greve dos enfermeiros é uma greve abusiva! Eu não sei que greve, porque nem greve foi deflagrada ainda, mas já saiu uma decisão! Os trabalhadores ainda nem deflagraram a greve, mas já há uma decisão falando que é uma greve abusiva, com multa de 50 mil para o sindicato e com corte de ponto para os trabalhadores.

Eu acho que os enfermeiros querem e precisam ser valorizados. A população é que vai ser beneficiada com a valorização desse profissional.

Eu acho que é uma decisão teratológica, uma decisão triste, que mostra o quanto é difícil ser trabalhador no Distrito Federal com essas decisões que tiram o direito de mobilização, que é tão legítimo.

Quero deixar bem claro que queremos construir uma solução com o Governo do Distrito Federal, porque os enfermeiros – eu sou enfermeira e falo daquilo que sei – não querem greve, nunca desejaram greve. Eles querem que haja respeito e valorização, que entendam que quem produz mais não merece receber menos.

Obrigada, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, seguindo a ordem de inscrição, passaremos a palavra ao deputado Thiago Manzoni, ao deputado Pepa, ao deputado Pastor Daniel de Castro e, por último, ao deputado Jorge Vianna.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Desejo uma boa tarde aos demais parlamentares, a quem assiste a esta sessão, às nossas equipes de assessoria, à imprensa e a quem está na galeria.

Presidente, serei breve em face das votações que precisamos fazer, mas eu preciso falar sobre 2 assuntos importantes para o Distrito Federal.

O primeiro deles é o número enorme de moradores em situação de rua e a delinquência que, infelizmente, acontece nas proximidades de onde essas pessoas moram e se aglomeram. Não são todos os moradores de rua que praticam crimes, mas, infelizmente, alguns criminosos têm utilizado as aglomerações onde essas moradias são estabelecidas para praticar crimes.

Semana passada, eu vim a esta tribuna e falei dos problemas enfrentados pela Asa Norte e pela Asa Sul, e as minhas redes sociais foi enchida de uma enxurrada de comentários de todos os cantos do Distrito Federal. A situação está inconciliável. Não é possível mais conviver com essa situação.

Eu estive em Planaltina, deputado Pepa, e recebi reclamações a respeito desse assunto. Eu estive em Taguatinga e recebi reclamações a respeito desse assunto. O mesmo acontece em todas as regiões administrativas aonde nós vamos – desde as mais centrais até as menos centrais, por onde nós vamos, esse é um problema.

A Secretaria de Governo, a Casa Civil, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Câmara Legislativa estão debruçadas sobre esse assunto.

Eu deixo o meu compromisso com a população do Distrito Federal de que eu estou lutando para que essa situação seja resolvida, seja por meio da remoção compulsória, seja por meio de outros artifícios que o Governo do Distrito Federal tenta junto ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. Essa situação precisa ser resolvida, porque o cidadão comum, o pai e a mãe de família estão reféns, e nós não podemos admitir que os nossos pais e mães de família fiquem reféns de atos de violência que, infelizmente, têm sido praticados com recorrência por essas pessoas.

De igual modo, eu preciso mencionar a situação do metrô e das pessoas que fazem a segurança do metrô.

O nosso metrô, infelizmente, tem sido usado por traficantes de droga e outros tipos de

criminosos para cometerem – nos trens do metrô e por intermédio dos trens do metrô – crimes de diversas espécies, e a segurança do metrô não pode usar nenhum tipo de armamento. Os homens e as mulheres que estão lá para fazerem segurança nem arma de choque podem usar. Eles estão numa situação, deputado Jorge Vianna, de extrema vulnerabilidade diante do crime. Eles têm que combater o crime sem nenhum tipo de armamento. Como você vai dar voz de prisão para um criminoso, muitas vezes armado com arma branca ou não, se você não tem nada para combater o crime?

Eu tenho recebido representantes desses funcionários do metrô. De maneira reiterada, eles me trazem esse problema e pedem socorro à Câmara Legislativa do Distrito Federal e ao Governo do Distrito Federal. A minha opinião é que essas pessoas devem poder usar, pelo menos, armas de choque para se defenderem e para defenderem a população, que, às vezes, se vê alvo desses criminosos no metrô. Peço ajuda ao líder do governo, deputado Robério Negreiros; ao vice-líder, deputado Iolando; e à base do governo para que possamos avançar nessa alternativa de permitir a utilização, pelo menos, das armas de choque. Parece-me, deputado Hermeto, que vossa excelência já propôs, na última legislatura, um projeto semelhante a esse. O deputado Wellington Luiz já o fez e eu espero que, nesta legislatura, possamos avançar com relação ao assunto.

Eram esses os assuntos sobre os quais eu gostaria de falar, presidente. Eu lhe agradeço os 4 minutos concedidos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar os enfermeiros que lutam para serem convocados em seu concurso. Faz-se necessária a convocação de vocês. Quero cumprimentar todos vocês, todos os parlamentares e o nosso presidente.

Eu lembro a vocês que, nesta casa, eu falei, várias vezes, de uma comunidade rural chamada São José. Em todos os momentos em que eu falei dessa comunidade, apontei a distância dela para o centro de Planaltina e para o centro do Plano Piloto. Eu fui eleito justamente para me preocupar com essas comunidades que nunca tinham sido assistidas de forma correta, com respeito.

Na sexta-feira, fizemos uma entrega, 8 meses após uma reunião nessa comunidade. Essa comunidade não encontrava o direito de ir e vir, pois não havia o transporte público para ela.

A escola é um assunto bastante citado pelo meu amigo deputado Gabriel Magno. A escola no núcleo rural São José, núcleo rural tão distante, é carente de estrutura, deputado Gabriel Magno. Eu me comprometi com a construção de uma quadra e com a cobertura da quadra dessa comunidade. A cobertura dessa quadra não beneficiará só a escola, mas também a comunidade de São José, que vai utilizá-la para suas reuniões e eventos.

Ela foi inaugurada na sexta-feira, quando compareceram a secretária de Educação Hélvia Paranaguá e o seu secretário-executivo, Isaias. A comunidade nos recebeu com muito carinho. Parabéns, comunidade de São José! Vocês mostram que, a partir do momento em que o político chega a uma comunidade para fazer, ele tem respeito.

Fui à comunidade como um cidadão, uma pessoa que ama e que gosta de apoiar os núcleos rurais do Distrito Federal.

Eu falo também de outro núcleo rural, que é o Córrego do Atoleiro. Esse olhar voltado para a área rural – como eu sempre falo aqui – precisamos ter com carinho. Desde quando foi criada a Comissão de Produção Rural e Abastecimento, eu falei que me comprometeria com as áreas rurais, de *a* a *z*, não só na produção, mas na educação e na saúde.

No núcleo rural São José, a UBS se encontrava em decadência. Hoje, vão lá ver como ela se encontra. Vejam a satisfação daqueles profissionais.

Na inauguração de sexta-feira, no Córrego do Atoleiro, nós iniciamos com recurso nosso o asfaltamento de um trecho do Córrego do Atoleiro. Eu estive na comunidade e falei para eles que vamos, sim, asfaltar a via.

É uma pena que o outro trecho faça parte do Programa Caminho da Escola, pois o trecho que não fazia parte do programa, por meio de um recurso nosso, destinado ao DER, foi executado e levou dignidade àquela comunidade rural.

Precisamos ter um olhar voltado para a questão rural. A pavimentação das vicinais rurais no

Distrito Federal precisa receber um olhar diferente de todos os setores do governo, da Seagri.

O escoamento da produção agrícola, hoje, precisa ter segurança. Ali, na Estrada das Palmeiras, uma carreta chegou a capotar, porque a pavimentação não estava de acordo, da forma correta.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PEPA – Eu clamo aqui que precisamos nos voltar às vias que escoam, às rodovias distritais que escoam a produção rural no Distrito Federal. Precisamos ter um olhar voltado para isso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores parlamentares. Boa tarde a todos os servidores da casa, a todos da imprensa, aos nossos colegas enfermeiros, aos futuros enfermeiros da Secretaria de Saúde, aos demais concursados, aos aprovados, aos auditores fiscais.

Presidente, vim aqui só para fazer um comunicado. Nós editamos uma lei no Distrito Federal que ficou conhecida como a Lei da Prescrição dos Enfermeiros. Essa lei, na verdade, garante o que já é garantido por lei federal, que é o enfermeiro fazer uma prescrição, e essa prescrição ser aceita nas unidades de saúde pública e privada.

Há mais de 30 anos, os enfermeiros prescrevem receitas, e as farmácias públicas das secretarias municipais e estaduais de todo o Brasil recebem essa prescrição, inclusive a prescrição de antibióticos.

A nossa lei do exercício profissional garante que a prescrição seja do enfermeiro e que não importa se a prescrição vai ser recebida na farmácia pública ou na farmácia privada.

O paciente, senhoras e senhores, ia ao posto de saúde para se consultar com o enfermeiro, que passava uma medicação antibiótica, por exemplo. Vamos dar o exemplo de uma IST, uma infecção sexualmente transmissível, que é recorrente nas mulheres e nos homens, cujo tratamento, muitas vezes, é o metronidazol, uma pomada injetável.

O metronidazol é um antibiótico. Quem passava a receita? O enfermeiro. O paciente pegava essa receita, ia à farmácia pública e pegava o metronidazol. Quando não havia metronidazol na farmácia pública, ele ia à farmácia privada. Quando ele falava para o farmacêutico que tinha ido comprar metronidazol, o que acontecia? O farmacêutico falava assim: "Não, não vou vender, porque aqui só se aceita receita prescrita por médico". O paciente tinha que voltar para a unidade básica de saúde, conseguir uma consulta com o médico sabe-se lá para quando, para trocar a receita com a mesma prescrição feita pelo enfermeiro e, depois, voltar à farmácia privada para comprar a medicação.

A minha lei acaba com isso. A minha lei garante que o enfermeiro prescreva a receita e que o farmacêutico a receba e venda o medicamento. Detalhe: a farmácia vende o medicamento, ou seja, não é de graça.

Para a minha surpresa, o Conselho Regional de Farmácia entrou na justiça com uma ação civil pública para derrubar a lei. O que o Conselho Regional de Farmácia tem a ver com a minha lei? Quem deveria entrar com o pedido de derrubada da lei seriam os donos de farmácia, porque são eles que estão sendo afetados, e não os farmacêuticos. O farmacêutico vai vender, vai dispensar a medicação, de acordo – lógico – com a decisão e com a orientação do dono de farmácia. Não estou entendendo por que um conselho que, em tese, defende o trabalhador, nesse caso, está defendendo os donos de farmácias. Imagine, deputada Dayse Amarilio, se o Conselho Regional de Enfermagem começasse a defender os donos de hospitais! Algo está errado!

Não é a primeira vez que vejo conselho defender patrão em vez de defender empregado. Vou dar um exemplo: o conselho dos profissionais de educação física. Fiz uma lei que garante ao *personal trainer* acompanhar o seu cliente. O conselho, em vez de ficar do lado do profissional de educação física, ficou do lado dos donos de academia. Há algo errado com esses conselhos.

Mas, voltando ao Conselho Regional de Farmácia, que é composto por meus amigos, eu só não entendi por que eles estão tentando derrubar essa lei. Eu não entendi. Eu não estou retirando a atribuição deles, eu não estou minimizando a profissão deles. Eu estou querendo que o dono da farmácia aceite essa receita.

E eles entraram na justiça, presidente; e a juíza, doutora Sandra Cristina, fala o seguinte. Prestem atenção: "Em verdade, não se encontram elementos normativos sobre a prescrição de

medicamentos à atribuição exclusiva do profissional de medicina, pelo que não há proibição pela lei que determina a conduta. Não há que se falar em ilegalidade."

Ou seja, a juíza entendeu que a lei não tem nada de ilegal, porque o enfermeiro pode prescrever. Ela só questiona e pondera a relação da sanção e da fiscalização. Ela diz na decisão dela que o Procon não é o órgão apto a fazer essa...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Presidente, pois bem. O GDF, muito rapidamente, e do lado do povo, foi e recorreu da decisão. E o nosso desembargador, muito sensato, doutor Leonardo Roscoe Bessa, suspendeu, então, essa decisão da juíza, e essa lei está em vigor, plena. A lei da prescrição do medicamento do enfermeiro está plena.

Eu pergunto agora: quem está por trás disso? Por que não querem que os enfermeiros prescrevam? Por que essa prescrição tem que ser exclusiva dos médicos? Alguém está por trás – algum órgão, alguma coisa, alguma força oculta – para não dar acessibilidade à população em pegar medicamento?

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – É isso que nós questionamos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Conclua, deputado.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Eu espero, presidente, que, a partir dessa decisão, o Conselho Regional de Farmácia e o Conselho Federal de Farmácia não entrem nessa disputa, não entrem nessa briga e ajudem a nós enfermeiros, pois somos profissionais que desejam atuar mais amplamente. Que acabe com essa hegemonia de que apenas um profissional pode prescrever. Nós podemos prescrever, sim, e nós iremos prescrever, porque a população precisa do enfermeiro.

A população precisa do farmacêutico, a população precisa do fisioterapeuta. É inadmissível neste país o fisioterapeuta ter que ter uma prescrição de um médico para poder fazer fisioterapia. É inadmissível os planos de saúde não aceitarem o fisioterapeuta fazer a fisioterapia sem a prescrição médica. É inadmissível um plano de saúde não...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Para concluir, agora, de verdade. Até vou baixar o tom.

É inadmissível um plano de saúde não querer reconhecer uma atividade do profissional de enfermagem e não dar a ele condições para que possa fazer um bom trabalho.

É isso, presidente, por enquanto.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro, último inscrito pelos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Eu sei que o líder está apressado, porque há pautas importantes para votarmos, mas os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares são muito importantes, pois você se comunica com a sua base.

Eu quero, presidente, trazer uma preocupação muito grande. Realizamos uma sessão solene em homenagem ao Dia do Advogado, e esta casa, provavelmente, nunca havia recebido tanta gente como recebeu. Só de moções de louvor foram 1.500 apenas para advogados e advogadas, e houve cerca de 2 mil advogados presentes.

Hoje, presidente, eu recebi a presença do doutor Luiz Felipe e da doutora Navaroni Soares, que são advogados dos patriotas presos. Eles trouxeram uma informação que me preocupou muito. Trata-se de uma questão humanitária, que transcende qualquer tipo de pensamento ou ideologia. Eles conseguiram até uma liminar para uma senhora chamada Adalgiza, pois essa senhora precisou passar por uma avaliação psicológica. Durante as conversas com o seu advogado, ela tem externado um sentimento de autoextermínio, então eles me procuraram porque estão preocupados.

Eles conseguiram uma liminar da juíza da VEP, aqui, do Distrito Federal, e os médicos que foram examinar essa senhora – foram oftalmologista, otorrinolaringologista e outras especialidades –,

não examinaram a parte psicológica dela; e eles vieram aqui, justamente por confiar no nosso trabalho.

Como advogado também, venho pedir socorro porque, daqui a pouco, pode cair mais uma morte no colo do Estado. Uma senhora de 64 anos, que nunca praticou crime, que estava na manifestação e está presa como terrorista, como alguém que aboliu o Estado democrático de direito. Ela disse: "Doutor Luiz Salomão, se tivesse uma toalha aqui, eu a amarraria e me enforcaria". Que valor tem a vida?

Então, peço ao eminente ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, que tenha um olhar sensível a essa causa. Que essa pessoa possa ser colocada em liberdade com todos os recursos possíveis, até porque essas pessoas não tiveram o devido processo legal. Elas estão respondendo diante do Supremo Tribunal Federal sem ter foro privilegiado, estão arrancando delas o duplo grau de jurisdição e o direito à ampla defesa e ao contraditório. Não há ninguém por elas. Quem é por elas é o advogado, que é parte essencial da operação da justiça. O que eles querem? Fazer o seu trabalho.

Quero deixar isso registrado porque, Deus a livre, se essa senhora praticar um ato contra a própria vida dentro do sistema prisional, será mais uma morte, porque a primeira já foi, a do Clezão, e ninguém o trará de volta.

Presidente, gostaria de deixar registrada e consignada, pois nós já vamos entrar na pauta da votação, a minha presença no Hospital do Sol, lá em Ceilândia. Como eu sei que nós vamos passar por um processo de votação e tomaremos uma decisão por demais importante, quero chamar a atenção dos nobres pares desta casa, deputados e deputadas distritais, sobre a questão do Hospital Cidade do Sol.

Peço que vossa excelência me conceda mais 2 minutos, será muito rápido.

Eu fui, presencialmente, no sábado, visitar o Hospital Cidade do Sol. Eu fiz questão de conversar com cada paciente que estava internado para saber o que eles falam daquelas condições. Extraordinariamente, fiz uma avaliação, e digo de passagem que tinha passado por lá a deputada Paula Belmonte, que fez o mesmo papel. Sua excelência não está aqui, mas sabe disso. Para todos os pacientes com quem conversei perguntei: "Qual nota você dá?" Todos deram nota 10. A 2 pacientes eu questionei: "Você tem certeza dessa nota?" Eles responderam: "Vou tirar a nota 10 e vou dar nota mil".

Isso demonstra o atendimento que as pessoas estão tendo no Hospital Cidade do Sol, que tem 60 leitos e que, inclusive, tem capacidade para aumentar para 80 leitos.

Estou falando de pessoas que são extremamente bem atendidas lá. Havia uma senhora cuidando do seu marido, o senhor Antônio, de 75 anos de idade, na reta final de vida, sem nenhuma perspectiva de sair daquele hospital. Eu conversei com ela, e ela estava extremamente empolgada. Eu falei: "A senhora é a esposa dele?" Ela respondeu: "Não, sou a ex-esposa, mas estou aqui cuidando dele porque são os seus últimos dias de vida". Ela contou a experiência de estar ali há vários dias com ele e ter acolhimento como acompanhante, coisa que, muitas vezes, nos hospitais, não existe.

Então, rogo aos pares que olhemos para essa votação com carinho.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Independentemente se somos a favor ou contra o Iges, que tenhamos no coração que estamos prestes a mexer com sentimentos e com vidas. Vidas valem mais que qualquer coisa.

Deputado Hermeto, tenho gratidão, porque isso foi num sábado e, quando cheguei lá, a primeira pessoa que encontrei foi o diretor do Hospital Cidade do Sol, o que mostra comprometimento.

Deputado Jorge Vianna, todos os 3 médicos, os enfermeiros e os auxiliares estavam lá. Não havia nenhuma falta naquele dia. Estavam todos presentes cuidando da população.

Peço o apoio do líder e do secretário de governo aqui presentes.

Deputada Dayse Amarilio e deputado Jorge Vianna, na verdade, o que Ceilândia precisa é de um de novo hospital para aquela comunidade. Ceilândia é grande demais. O Hospital Regional da Ceilândia é velho e arcaico. Falta tanta coisa lá. Ceilândia tem a maior população, arrecada muitos impostos.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O que ela precisa (Falha na gravação.) tirar também o Hospital Cidade do Sol.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está encerrado o Pequeno Expediente.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Consulto os líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos 109 vetos da Ordem do Dia e votar as demais preposições das sessões ordinária e extraordinária. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passaremos ao primeiro item da pauta.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, solicito ao senhor secretário que proceda à chamada nominal dos deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à verificação de quórum.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu só gostaria de justificar a ausência do líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, deputado Chico Vigilante. Sua excelência está de atestado médico, porque testou positivo para dengue. Desejo melhoras ao nosso líder, deputado Chico Vigilante e justifico a sua ausência no Plenário hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está registrado. O deputado Chico Vigilante já consta como licenciado.

Passo a presidência para o deputado Roosevelt.

(Assume a presidência o deputado Roosevelt.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROOSEVELT) – Assumo a presidência.

Item nº 117:

Discussão e votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 14/2024, de autoria do deputado Ricardo Vale, que "Altera a Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências".

Aprovada em primeiro turno.

Apresentada 1 emenda de plenário.

Solicito ao relator, deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda à Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 14/2024, de autoria do deputado Ricardo Vale, que "Altera a Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências".

O meu voto é pela admissibilidade da referida emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROOSEVELT) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Solicito ao relator, deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão Especial

destinada à Análise de Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal sobre a emenda.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão Especial destinada à Análise de Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal sobre a emenda à Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 14/2024, de autoria do deputado Ricardo Vale, que "Altera a Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências".

O meu voto é pela aprovação da referida emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROOSEVELT) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 votos deputados.

Em discussão a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 14/2024 em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando a proposta; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROOSEVELT) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovada.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

A proposta vai a promulgação.

Devolvo a presidência ao deputado Ricardo Vale.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Item nº 109:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.108/2024, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências".

Em razão do deferimento da questão de ordem apresentada dia 27 de fevereiro de 2024 e publicada no DCL de 28 de fevereiro de 2024, e apresentado o relatório no sistema, conforme acordo de líderes, procederemos primeiro à votação dos vetos referentes aos §§ 1º, 5º e 6º do art. 31, item 1.8, e art. 32, item 1.9. Os demais serão apreciados em sessão posterior a ser acordada.

Está aberta a inscrição de oradores para discussão do veto parcial aos §§ 1º, 5º e 6º do art. 31, item 1.8 e art. 32, item 1.9.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, a orientação do Colégio de Líderes é para se votar "não"; ou seja, é pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Peço à assessoria da mesa que abra o painel de

votações.

Passa-se à apreciação dos vetos parciais, salvo manifestação contrária dos senhores líderes.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da casa.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Há acordo para o voto contrário aos vetos.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos contrários.

Os vetos parciais aos §§ 1º, 5º e 6º do art. 31, item 1.8 e art. 32, item 1.9 estão rejeitados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.247/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.417, de 07 de fevereiro de 2024, que "confere ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) a gestão do equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol no caso em que especifica e dá outras providências".

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A CESC, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, deputado Gabriel Magno, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, como eu votarei contra este projeto e farei o seu debate em plenário, eu designo o deputado Jorge Vianna.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao relator, deputado Jorge Vianna, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, evidentemente, não resta dúvida de que, se eu relatar este projeto, ele será reprovado pela comissão.

Então, eu peço à vossa excelência que designe outro relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, deputado Gabriel Magno, que designe outro relator para a matéria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, designo o deputado Thiago Manzoni.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.247/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.417, de 07 de fevereiro de 2024, que "confere ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) a gestão do equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol no caso em que especifica e dá outras providências".

Senhor presidente, pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura, o parecer é pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, para a discussão, na verdade, nós só gostaríamos de ouvir da base do governo a justificativa do presente projeto, tendo em vista que, salvo melhor juízo nosso, o decreto ainda está valendo.

Enquanto o decreto estiver valendo, o Iges continuará gestando o Hospital Cidade do Sol.

Então, não haveria necessidade de se prorrogar nada, porque o decreto está valendo.

O que está em debate aqui é um projeto que dá, em caráter permanente, ao Iges a administração do hospital da Cidade do Sol. Então, se é apenas para se administrar em caráter emergencial, o decreto ainda está valendo. Ou estamos debatendo o caráter permanente para o Iges administrar o Cidade do Sol?

Isso é importante para ficar claro para o debate, senhor presidente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, só para justificar o fato e aclarar a dúvida do nobre deputado da oposição, o decreto fala sobre a questão da crise da dengue. Ela já passou. Então, o governo precisa corrigir isso e revogar esse decreto.

A vontade do governo é justamente, por estar dando certo, colocarmos de uma maneira permanente a gestão do hospital, e o que foi explicado amplamente para todos os deputados. Inclusive, para quem estiver com dúvidas, o presidente do Iges está na sala reservada dos deputados para tirar qualquer tipo de dúvida, em respeito irrestrito à oposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, primeiro, em resposta ao nobre líder do governo, deputado Robério Negreiros, o presidente do Iges e o Governo do Distrito Federal na verdade precisam dar explicação à sociedade, não só aos deputados da oposição na salinha ao lado.

Eu estou falando isso, porque novamente mostrarei – eu já apresentei o áudio aqui algumas vezes, mas considero importante para quem nos acompanha ouvi-lo mais uma vez – o que talvez seja o maior estelionato eleitoral da história do Distrito Federal.

(Apresentação de áudio.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Esse que fala no áudio é o governador Ibaneis Rocha na campanha eleitoral. Ele diz que o Iges trai a cidade, trai a legislação, trai a Constituição, trai os servidores da saúde, que ele só serve para atender ao interesse de um pequeno grupo. Foi essa a promessa que ele fez na eleição. Agora, novamente, há uma expansão do Iges. Ele trai a cidade, trai os servidores da saúde, trai a população.

Foi dito aqui que entrevistaram pacientes do Hospital Cidade do Sol, deputado Jorge Vianna. Acontece que esse é um hospital porta fechada. Eu desafio a entrevistarem quem está à porta da UPA esperando por atendimento, quem tem parente que faleceu na UPA, porque a ambulância não chegou. A saúde do Distrito Federal está um caos. O deputado Max Maciel lembrou bem de um argumento. Deputado Ricardo Vale, no dia 6 de fevereiro, foi votada nesta casa, neste Plenário, a entrega do Hospital Cidade do Sol para o Iges. O argumento era: isso é necessário para combater a crise da dengue. Nós estamos no final de agosto, e, até hoje, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, o Governo do Distrito Federal, não fez nenhum aceno para contratar os Avas e ACS para a prevenção da dengue, agora, na seca. O momento da prevenção é agora. Presidente, no ano que vem, quando a chuva começar, nada vai adiantar, a crise vai estar lá de novo, porque o governo não fez nada.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Presidente, é por essas e outras razões que eu debaterei esse assunto nas outras comissões. O nosso voto na Comissão de Educação, Saúde e Cultura é contrário, pelas palavras do governador: "O Iges trai a cidade, o Iges trai os servidores da saúde".

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu não estou entendendo. O deputado Gabriel Magno está indo contra o líder dele no Partido dos Trabalhadores, deputado Chico Vigilante. Ontem, no Colégio Líderes, ele mesmo disse que votaria a favor, porque ele visitou o hospital em Sol Nascente e só ouviu elogios. O deputado Chico Vigilante

disse publicamente no jornal que votaria a favor do projeto.

O deputado Gabriel Magno apresenta uma fala do candidato Ibaneis, de 2017, em que dizia que nem conhecia o instituto, não conhecia nada... Se eu for apresentar a fala de governadores do partido de vossa excelência, dizendo que fariam uma coisa, e não a fizeram, vou encher o microfone de falas de vários governadores do PT que passaram aqui, falaram que iriam fazer uma coisa, e não a fizeram.

Não estou entendendo o deputado Gabriel Magno. O próprio líder do partido dele disse que vai votar a favor, e ele vai para a tribuna fazer o que fez! Não estou entendendo, deputado.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, pode passar a palavra ao deputado Gabriel Magno, até porque ele foi citado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, primeiro, o deputado Chico Vigilante, que é o líder da nossa bancada, não está presente e acabei de ser informado que é porque ele está com dengue. Mas o deputado Chico Vigilante não orientou a bancada; ele liberou a bancada nesse tema. Ele falou o voto dele.

Então, o senhor, deputado Hermeto, está convidado, se quiser fazer parte da bancada do Partido dos Trabalhadores, a discutir a posição do PT no Plenário. É uma bancada muito democrática; nós debatemos, divergimos, concordamos e respeitamos fundamentalmente a posição de cada um. Os assuntos do Partido dos Trabalhadores são discutidos pelo Partido dos Trabalhadores. Fica o convite, caso queira fazer parte dela. Mas o senhor tem que ser do PT, não pode ser de outro partido, ainda mais da base do governo.

Então, eu só gostaria de deixar registrado, presidente, que a orientação da bancada do PT não é a favor ou contra. O deputado Chico Vigilante manifestou a sua posição individual como parlamentar, legítima, mas nesse caso liberou a bancada, e não está presente hoje nem para se defender da fala do deputado Hermeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu não vou citar nome para não dar o direito de resposta também, mas me assusta quando pegamos uma fala de um contexto eleitoral e trazemos para esta casa. Os tempos são outros, as coisas mudaram, houve uma pandemia. Diga-se de passagem que o líder do PT está em casa acamado, com dengue, o que mostra que ainda há muita dengue na cidade. Ele traz uma pauta do governador Ibaneis lá de trás. Se for assim, quem começa a ficar enrolado é o Boulos, que ontem estava orando na igreja, cantando o hino *Segura na Mão de Deus*, dando uma de crente para ganhar voto. É isso que fazem lá na ponta. Então, esse contexto não existe.

Mas uma coisa fica demonstrada aqui, presidente, é bom que se fale e esteja registrado nesta casa: o deputado que me antecedeu está sendo contra aquelas pessoas que estão sendo atendidas lá na ponta. Aliás, no dia em que eu lá fui, havia 2 pessoas na sala vermelha com risco de morte. Nós não estamos falando de hospital; nós estamos falando de gente que está sendo atendida. O governador mandou uma mensagem para esta casa para que aquele hospital continue atendendo a população. A população de Ceilândia, deputado, é a população que precisa ser atendida. Então, fica registrado que há uma posição de um deputado da esquerda contra a população que é atendida naquele hospital.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu tenho certeza de que, nesta casa, não há nenhum deputado contra a população no que diz respeito à pauta da saúde, deputado Pepa. Inclusive, eu tive o prazer de trabalhar com o deputado Pastor Daniel de Castro na Comissão de Assuntos Sociais. Ele é um homem sério e sempre esteve

presente na comissão. Por isso, acho que ninguém é contra as pessoas que mais precisam de auxílio. A pauta da saúde, como eu sempre falo, é muito complexa e precisa de soluções que são muito complexas.

Eu gostaria de deixar registrado que o decreto ainda está valendo. Portanto, o hospital ainda está, inclusive, na vigência da questão epidêmica das arboviroses que vivenciamos. Isso me preocupa também, porque vamos vivenciar uma dengue antecipada – inclusive o deputado Chico Vigilante está com dengue – e outras arboviroses que são muito graves como, por exemplo, a chicungunha, que é uma arbovirose que pode exigir do Sistema Único de Saúde uma atenção em nível terciário, porque ela pode gerar sequelas e se tornar crônica.

A grande questão de que sempre falo é que devemos pensar em soluções para Brasília. Deputado Pastor Daniel de Castro, com todo o respeito que tenho a vossa excelência, de fevereiro para cá, deveríamos ter pensado em como esse hospital poderia continuar sendo de excelência, mas sendo do Sistema Único de Saúde, até porque o recurso é o mesmo. O valor que é dado ao Iges é recebido pela Secretaria de Estado de Saúde, que faz uma contratação de um serviço a um ente, que é o Instituto de Gestão Estratégica.

Precisamos deixar claro para a população que o recurso não aumenta. O dinheiro não vale mais por estar na mão do Iges. Assim, deputado Pepa, preocupa-me muito pensarmos na complementaridade, porque o deputado Hermeto trouxe a situação de que hoje há um serviço de excelência! Que bom! É isso que queremos construir com o Governo do Distrito Federal, para que não tenhamos ilhas de excelência dentro de, por exemplo, uma Ceilândia, onde nós temos uma ilha de excelência no Hospital Cidade do Sol e uma UPA, com muitas dificuldades, estando, inclusive, sob a administração do Iges.

Aquilo que era para ser complementar, está virando Sistema Único de Saúde. Não podemos inverter a lógica. Esta é a nossa defesa: precisamos pensar Brasília para Brasília e não para ente *a*, ente *b* ou para grupo *a*, grupo *b*.

Então, essa será a nossa defesa. Nesta casa, nós sempre iremos defender que o Instituto de Gestão Estratégica não cresça e não aumente, até porque ainda existem muitas dificuldades de transparência. Inclusive, há uma decisão do TCU para que tenhamos mais transparência dos recursos que lá estão nos próximos 90 dias.

Por isso, iremos defender sempre que haja um Sistema Único de Saúde forte e que as pessoas sejam atendidas. Vamos tomar muito cuidado, porque tenho certeza de que não há nenhum deputado nesta casa que não defenda as pessoas que mais precisam de auxílio, inclusive na Ceilândia. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, nesta casa, as discussões são bem acaloradas quando se fala das ações do governo Ibaneis. Como disse o meu companheiro de partido, deputado Pastor Daniel de Castro, na reunião de líderes, o líder do PT, da oposição, foi bem claro quando defendeu isso com muita força. Ao pegar uma palavra do governador de 2017, o que era o Iges em 2017? Quem estava no Iges em 2017? O Rollemberg? Mostrem uma ação do governo Rollemberg que tenha beneficiado a população do Distrito Federal. Naquele momento, era uma situação: aperfeiçoar e buscar melhorar. Eu não estou falando como base, não. Eu estou repetindo o que o líder do PT falou no Colégio de Líderes. Ele foi bem claro quando defendeu – até mais do que nós da base – essa questão. Vamos parar um pouco de fazer hipocrisia. Tudo bem que a saúde do Distrito Federal precisa melhorar, sim. Disso todos nós temos consciência e vamos para cima. Façam o seguinte então: fechem o hospital e mandem-no para a região Norte, porque lá nós estamos precisando dele. Vamos abrir outro hospital lá. Vamos colocar o Hospital da Lua na região Norte.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu fui citado pela deputada, e vossa excelência sabe de todo o respeito que tenho por ela. Eu faço parte da Comissão de Assuntos Sociais, e a deputada sabe que eu sou um cara extremamente presente e não falto a nenhuma reunião. Sempre que a deputada precisa da minha presença, eu estou lá para ajudá-la.

Naturalmente, não conheço por dentro a estrutura da saúde como a deputada conhece, porque

ela é funcionária da Secretaria de Saúde. Eu não estou entrando nesse mérito, eu estou entrando no mérito do atendimento às pessoas. O gesto do governador em pedir a esta casa aprovação para que o Iges continue na gestão, nós sabemos que é porque a saúde tem suas deficiências. Isso não acontece só em Brasília; isso acontece no Brasil, no governo do presidente Lula e nos estados. Brasília ainda tem algum privilégio por ter mais condições.

Eu falei, inclusive, de que, a partir deste momento, eu sou defensor da construção do segundo Hospital Regional em Ceilândia, porque aquela população precisa dele. O que nós estamos dizendo é que aquele povo não pode nem sonhar em ficar desassistido. É nesse contexto que eu trago a minha fala. Por isso, eu entendo que a proposta enviada pelo governador a esta casa precisa ser aprovada com extrema urgência.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, para responder mais uma vez, a base tem dificuldade em defender o projeto, até porque, até agora, não apareceu argumento. Eles estão mais preocupados com a fala de ontem na reunião do Colégio de Líderes e com a fala do deputado Chico Vigilante, porque eles não têm argumento para poder defender o projeto. Eu já respondi isso.

Tentar fazer esse debate, deputado Pastor Daniel de Castro, com todo o respeito, contra a população, é preciso mais honestidade dentro desta casa. Ser contra a população, por exemplo, é não querer investigar as falcatruas desse governo na saúde. Quem votou contra a instalação da CPI da Saúde e do Iges? Quem foi? Está aqui, façam uma pesquisa rápida no Google; não é preciso ir muito longe, não! Já passaram 9 presidentes pelo Iges, e não fica 1. O governador falou: "Não fui eu". Ah, mas foi uma fala em 2017. Ele mudou de ideia? Ele apresentou alguma opinião? Ele não apresentou. Ele não apresenta as contas aqui, presidente. O Iges não tem transparência. Lá não fica 1 presidente. E nós falamos isso para o Juracy. O problema não é com ele. É porque isso não vai funcionar. Ninguém está dizendo aqui que são outras *fake news* e que votar contra é pedir para fechar o hospital. Ninguém está pedindo para fechar o hospital. Ninguém está pedindo para mandarem embora. Pelo contrário, eu quero aqui me solidarizar com os trabalhadores do Iges e parabenizá-los – os enfermeiros, os médicos, os técnicos de enfermagem, todo mundo que está lá se esforçando.

Nós queremos acabar, presidente, é com a gestão, é com os cargos de altíssimos salários, inclusive da direção do Iges, que recebe dinheiro público, e não presta contas; recebe dinheiro público, e não explica para a sociedade por que as pessoas estão morrendo à porta da UPA, por que não conseguem nem uma ambulância.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – É isso que precisa de explicação.

Precisa haver mais honestidade aqui, até porque existem deputados da base que votarão contra. Então, não é um debate entre a oposição e a situação. Há deputado da base que votará contra, porque não concorda com a ampliação de um Iges que não tem transparência.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor Presidente, eu acho que o projeto já está maduro para votação. Respeitamos a divergência.

Sobre a fala do governador, em época eleitoral, naquela época, o Iges não tinha a transparência que tem hoje. Inclusive, presta contas para esta casa, de maneira periódica, em 2 comissões, não só na Comissão de Saúde, como na Comissão de Transparência.

Sobre a questão da frase, podemos parafrasear Kant: "O sábio pode mudar de opinião. O idiota, nunca".

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é importante que o deputado Gabriel Magno esteja falando em prestação de contas. Vamos

começar, então, pela prestação de contas do presidente Lula, do partido dele, que cortou 7,5 bilhões de reais da educação. Deve-se prestar contas no governo federal também!

O negócio é que, quando se vai usar a fala aqui, tenta-se dissociar a gestão e dão-se os parabéns aos servidores. Os servidores precisam de todos os aplausos, porque são eles que, independentemente de ser Iges ou Secretaria de Saúde, sustentam a saúde do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu só quero pedir que votemos logo, porque temos outros projetos importantes, como o projeto da nossa secretária Marcela Passamani, a quem parabenizo, que diz respeito ao protocolo para as maternidades do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados. Houve 3 votos contrários registrados: do deputado Gabriel Magno, do deputado Fábio Félix e da deputada Dayse Amarilio.

A presidência designa o deputado Eduardo Pedrosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.247/2024, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 7.417, de 07 de fevereiro de 2024, que "confere ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) a gestão do Equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol no caso em que especifica e dá outras providências"".

O projeto de lei visa dar continuidade à atuação assistencial do Iges no âmbito do Equipamento em Saúde Unidade Cidade Sol.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, manifesto voto pela admissibilidade do referido projeto.

Esse é o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei 1.247/2024, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, nós vamos discutir isso, porque, diferentemente da opinião do líder do governo, que eu respeito e que disse que o projeto está maduro, precisamos debatê-lo, pois ele acabou de ser lido hoje. Não houve debate sobre isso. É importante o debate no plenário. Nós pactuamos, inclusive no Colégio de Líderes, que o projeto ia ser votado, mas dizer que não dá para debatê-lo, porque está maduro... Ele acabou de ser lido; entrou como extrapauta.

Nós estamos na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Um dos grandes problemas do Iges é a falta de transparência, de prestação de contas. Ano após ano, desde 2019, quando o Ibaneis, em um estelionato eleitoral, enganou o povo, como acabamos de mostrar, e foi colocando mais dinheiro para o Iges. Todo ano cresce o orçamento do Iges; todo ano se amplia o orçamento dele.

Há uma pergunta que ninguém vai responder aqui, e vão falar até do Lula – eu não sei por que, mas até o Lula e o Boulos entraram no debate. A base não consegue responder por que o DF tem os piores índices de saúde do país: é porque falta gestão. Eu posso falar de outra fala do Ibaneis na eleição, o que parece que não vale muito mesmo: a de que o problema da saúde do Distrito Federal não era recurso e orçamento, era gestão.

Nós estamos vendo a falência da gestão, e quem está pagando a conta é o povo do Distrito Federal. O DF foi o pior estado, agora, no combate à dengue, o que mais teve casos, em termos proporcionais, entre as unidades da Federação. O número de mortes foi um dos maiores do Brasil – proporcionalmente, o maior. Novamente, presidente, qual é a estratégia do Governo do Distrito Federal? Não há.

No debate do orçamento que fizemos agora – e a deputada Dayse Amarilio tem trabalhado muito em cima disto –, o orçamento da saúde vai sendo estrangulado, ano após ano; as nomeações dos servidores não acontecem; nem as condições de trabalho melhoram, mas falam que o projeto está maduro?! Nós estamos, mais uma vez, ampliando o modelo de gestão que a sociedade está rejeitando.

Para quem gosta de pesquisa, recentemente saiu uma sobre a aprovação dos governadores no Brasil inteiro. O governador do Distrito Federal ocupa a penúltima posição em desaprovação, entre os governadores – 61%. Ele só perde para o governador do Amazonas, Wilson Lima, que tem 69% de desaprovação. Em grande medida, isso é por conta do caos da saúde, porque as pessoas morreram, porque as pessoas estão na fila desesperadas, porque os servidores estão trabalhando dobrado, triplicado, porque não há assistência da própria secretaria, do próprio estado. É a isso que o governo não consegue responder. Não houve uma fala a respeito disso!

Nós denunciamos e cobramos isto do governo e da base: uma fala de solidariedade àquelas famílias que perderam parentes. Eles não conseguem, senhor presidente, justificar isso.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Para concluir, eu disse, no dia 6 de fevereiro, senhor presidente, que isso ia acontecer hoje. Nós estávamos votando lá atrás um projeto para transferi-lo temporariamente, e aquilo era um golpe, porque iria chegar o projeto definitivo. Ele chegou.

Vou dizer outra coisa hoje, presidente. O relatório da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – cujo presidente, o deputado Eduardo Pedrosa, quero parabenizar, pois faz um brilhante trabalho – não chegou, não por culpa dele, mas porque não há o impacto orçamentário. Vai chegar mais um crédito para o Iges até o final do ano e vai aumentar o bolão do Iges, o recurso que o instituto administra sem prestação de contas.

Quem está dizendo isso é o Tribunal de Contas, que já deixou as contas da saúde sob ressalva; quem está dizendo isso é a própria LDO, é o próprio orçamento do governo, que mostra que o caos da saúde é a gestão e a falta de financiamento na saúde pública e no SUS do Distrito Federal, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, discutirei toda vez que o deputado Gabriel Magno fizer a discussão, porque ele está sentado em narrativas. Ele fala de transparência de gestão. Lamento isso, porque tenho em mão todos os dados do Iges e do Hospital Cidade do Sol. Isso é público. Não custava nada ele ter ido lá. Inclusive, eu os passei ontem para a Mesa Diretora, que os passou para todos os deputados. Está tudo lá.

Ele vem com narrativas apenas para tentar destruir as pessoas. Inclusive, ele fala de prisão, mas esquece de falar que o secretário de saúde do PT saiu preso. A narrativa só vale para ele? Ele está tentando ganhar popularidade em narrativas.

Olhem que loucura ele diz: que o pior índice de saúde é o de Brasília. Na página da *Exame* estão os melhores e os piores estados em indicadores de saúde. Começam pelo Norte, pelo Nordeste; lá não está Brasília. Não é justa essa narrativa que ele faz, querendo se pautar como o paladino da moral.

Deputado, se o senhor quiser, eu passo para as suas mãos os dados.

Outro ponto: o Iges todo semestre vem a audiências da Comissão de Transparência. Fiz questão de participar delas. Ele faz a sua prestação de contas. Se o deputado quiser, eu passo para as mãos dele os dados, porque eu os imprimi em uma página.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente,

nós estamos chegando a um modelo de saúde no Distrito Federal que vai ficar insustentável para quem for governar no futuro.

A Ceilândia não precisa de um Hospital Cidade do Sol de retaguarda. Ceilândia precisa de um hospital novo, completo. Ceilândia precisa das UBS funcionando, com atenção primária na ponta, porque o que lota a UPA é o fato de que as pessoas chegam à casa agora, após as 18 horas, e as UBS já fecharam. O que uma mãe trabalhadora faz com seu filho doente nessa hora? O que está aberto na cidade essa hora, se não for o hospital, se não for a UPA?

Visitamos unidades de saúde também e 70%, 60% dos casos das pessoas que vão a uma UPA ou hospital se resolveriam na UBS. As UBS estão sem equipamentos e sem profissionais.

Cadê o contrato das ambulâncias, que também é terceirizado, e a UTI não o cumpria? Esses dias debatíamos isso. Vamos escalonar a saúde para um instituto ou para outros institutos, terceirizando-a em um nível do qual qualquer pessoa que governar vai ficar refém. A pessoa, para ser atendida, terá como justificativa haver leito ou não. Uma coisa é o leito do Hospital Cidade do Sol, que nem é um hospital. É um galpão que foi criado para atender a crise da covid. Nem há complexidade geral. Um dia desses, ele estava alagando. Já no Hospital de Ceilândia, o teto de uma ala da pediatria estava caindo.

Então, é importante, também, sinalizar que o projeto está aqui. Começamos, deputado Gabriel Magno e deputado Fábio Félix, a nos questionar se é preciso ou não uma Secretaria de Saúde. Deixe para o Iges – ele toca a pasta toda.

É importante dizer aos senhores que, às vezes, há argumentos de que o Incor é eficiente, de que o Hospital da Criança é eficiente. Mas não se faz o debate da complexidade. O Incor é uma complexidade da saúde. O Hospital da Criança cuida de uma complexidade, de uma faixa etária na área da saúde. Já um hospital cuida de tudo. Por isso, esse debate é importante de ser feito. Qual futuro nós queremos para o Distrito Federal? O futuro que está dado é este: contingenciamento de recursos para ficar salvando, crédito suplementar para ficar pagando a conta, enquanto os profissionais da ponta estão desvalorizados. Não há ACS, não há Avas, não há enfermagem, não há técnico de enfermagem para dar suporte, os médicos não querem aparecer. Ficamos com a população completamente desassistida, esperando. Esse é o

modelo de saúde que espera o paciente parar na alta complexidade, que custa muito mais do que se nós apoiássemos e fortalecêssemos a atenção primária.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, a turma que não gosta de dados fala de narrativa.

Vamos aos dados. Estou aqui na página do IEPS, Instituto de Estudos para Políticas da Saúde, que fez um levantamento sobre os índices de cobertura da atenção básica nos estados e municípios brasileiros.

As melhores coberturas do país estão no Piauí, Paraíba e Tocantins. A região Nordeste é a que possui a maior abrangência, com 87% da população atendida. Olhem os piores: o Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro apresentam os menores indicadores de cobertura da atenção básica. Esses são os dados. O Distrito Federal tem uma das menores coberturas de atenção básica do Brasil. Tem a pior cobertura de saúde bucal do Brasil. Esses são os dados.

Vamos a mais dados, presidente, sobre o preenchimento de carreiras na saúde. Com relação a cargos vagos na carreira de Vigilância Ambiental e Agente Comunitário de Saúde, os AVAS e ACS, há 70% de cargos vagos. Na carreira Gaps, são 58% de cargos vagos; dentistas, 49%; médicos, 49%; enfermeiros, 20%; técnicos de enfermagem, 40%. Esse é o problema. Esse é o quadro da saúde do Distrito Federal. Não há investimento por parte do governo, não há cobertura de atenção primária e não há servidor, mas há dinheiro para empresário AA. Isso não falta no Distrito Federal, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu estou observando as discussões e as falas. Eu acho interessante a falta de memória da esquerda.

Em um passado muito recente, nós tivemos como governador Agnelo Queiroz, que é um médico. Ele foi para a campanha e ganhou as eleições com a promessa de que seria o secretário de

Saúde do Distrito Federal. Se fantasiava, vestia a roupa de médico etc. Ele carrega a alcunha de ter sido o primeiro governador que nem para o segundo turno foi numa tentativa de reeleição. Temos que comparar os governos que passaram, para podermos criticar o governo atual, que tem se esforçado, tem se debruçado para apresentar soluções e uma saúde de qualidade no Distrito Federal.

Mas eu queria esclarecer uma questão. Eu, na legislatura passada, tive o atrevimento de me matricular no mestrado em administração pública e o meu trabalho foi sobre o contrato de gestão Iges.

Aprofundei-me nesse modelo de gestão de saúde. Poucos estados, quiçá nenhum, têm conseguido oferecer saúde de qualidade. E eu vejo a turma da esquerda e da área da saúde que defende que esse modelo do Iges – que chamam de OS, mas não é OS, é um serviço social autônomo – vai contra o SUS, é o fim do SUS. Eu vejo que essa turma nem leu a lei do SUS, nem conhece as diretrizes do SUS, porque o SUS preconiza que, em dado momento, tem que caminhar para esses modelos de gestão como o serviço social autônomo, que é esse que estamos voltando agora para expandir, que é o modelo mais moderno.

Eu digo que é o mais moderno por quê? Qual é a diferença da OS para o serviço social autônomo? No caso da OS, o Estado contrata uma entidade sem fins lucrativos especializada em gestão de saúde, estabelece metas, repassa recursos, mas toda a gestão é da entidade – o presidente, o diretor financeiro, a área administrativa etc. Eles que elegem, dentro do seu processo, o seu estatuto.

O serviço social autônomo é diferente. Ele vai para o mercado como pessoa de direito privado, ele compra, ele negocia como pessoa privada, mas a gestão ainda fica com o Estado. A gestão é do Estado. É o governador que escolhe o presidente do Iges, os seus diretores, por meio do conselho, a gestão ainda fica na mão do governo.

E o que nós temos hoje como grande dificuldade em fazer gestão na saúde? É a burocracia. Neste momento, invariavelmente, um equipamento importante de saúde, uma UTI, parou de funcionar por falta de manutenção. O serviço social autônomo permite que o gestor pegue o telefone, ligue para uma empresa de manutenção: "Meu amigo, desloque-se para cá agora e conserta esse equipamento, porque têm pessoas na fila". No modelo tradicional de gestão, tem que se abrir um processo licitatório, tem que se fazer nem que seja um processo emergencial, que também é burocrático.

Então, o que estamos tratando aqui? Estamos tratando de entregar a saúde menos burocrática para a população ou entregar um modelo de saúde burocratizado, que não vamos conseguir entregar.

Eu estava conversando com o presidente do Iges agora e dei um exemplo. Vamos pegar aqui uma especialidade: neurocirurgião-pediátrico. É um profissional de saúde, deputado Pastor Daniel de Castro, extremamente especializado. Um médico para chegar a esse ponto, ele estudou, no mínimo, 15 a 20 anos, só dentro da medicina para chegar a este nível de especialidade. Se você abrir um concurso na Secretaria de Saúde para um profissional desse, sabe quantos candidatos vão se inscrever? Nenhum. Mas, no modelo Iges, pode entrar uma demanda de uma cirurgia desse nível, que necessita de um especialista dessa natureza. Podem, então, pegar o telefone, e dizer: "Doutor, nós estamos com uma emergência, uma cirurgia eletiva ou de emergência de uma especialidade sua. Quanto você..." Podem, simplesmente, pegar o telefone e contratar esse especialista, que fará a cirurgia. Ele agradece e entrega para o mercado.

Esse é o modelo de saúde que nós estamos discutindo aqui. É desburocratizar a saúde.

O governo encaminhou outro projeto – o deputado Jorge Vianna não está aqui –, que é PDPAS, no qual nós parlamentares podemos destinar a emenda parlamentar para os hospitais para aquisição dos medicamentos que faltarem, para a manutenção de um ambulatório ou para uma emergência. Também é uma medida que vai facilitar que os recursos cheguem de forma desburocratizada.

Então, quando ouvimos alguns colegas falarem que a esquerda está trabalhando contra um projeto e trabalha contra a população, não me resta alternativa senão pensar que é isso.

É isto que nós queremos entregar: saúde de qualidade e desburocratizada para a população.

Presidente, obrigado. Desculpe-me se eu me adiantei muito na palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários

queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados. Houve 4 votos contrários: deputado Gabriel Magno, deputado Max Maciel, deputado Fábio Félix e deputada Dayse Amarilio.

Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.247/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.417, de 07 de fevereiro de 2024, que 'confere ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) a gestão do Equipamento em Saúde Unidade Cidade do Sol no caso em que especifica e dá outras providências'".

O parecer da CCJ, presidente, é pela admissibilidade da proposição.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, parece-me que alguns dos meus colegas parlamentares estão fantasiando a saúde pública do DF.

Eu preciso lembrar aos meus colegas que nós estamos no sexto ano de governo Ibaneis Rocha aqui no Distrito Federal. É o sexto ano! O Iges-DF já administra alguns hospitais – o Hospital de Base, o Hospital de Santa Maria – e todas as UPAs desta cidade, e a saúde pública é de péssima qualidade.

Eu estive, este ano, em várias unidades de pronto atendimento. Elas estão superlotadas, elas não atendem a população, porque elas ficam sem retaguarda para atenderem a população; falta médico; e as pessoas têm um tempo de espera enorme.

Há uma fantasia que estão vendendo para a população como se a administração do Iges-DF resolvesse o problema da saúde pública. Isso, deputados, é desconhecimento da realidade.

A população do DF que está assistindo a essa fantasia aqui, agora, sabe que não há credibilidade, porque é a população que não consegue atendimento nos hospitais, inclusive aqueles administrados pelo santo Iges-DF. É o Iges-DF que não tem transparência, que tem dificuldade na sua prestação de contas – quem fala que faltam dados é o Ministério Público de Contas do Distrito Federal em relação ao Iges-DF. É o Iges-DF que fecha a sua porta para atender uma série de pacientes da Secretaria de Saúde.

Eu estive, semana passada, no Hospital Regional do Gama. Lá havia um paciente há 66 dias aguardando uma cirurgia ortopédica. A placa estava disponível no Hospital de Santa Maria. Houve 5 pedidos ao Iges-DF para receber o paciente. O Iges-DF disse não. A situação do paciente se agravou, porque o Iges-DF trabalha atendendo a quem ele quer, não atende ao conjunto da população. Nós precisamos acabar com essa fantasia, com essa falácia de que o Iges-DF é a solução para algo – todos os presentes sabem que não é e não tem sido solução para a população do DF. A população do DF não acredita naquilo que estamos fazendo agora. Isto é um fato: o Iges-DF não tem credibilidade. A população está na ponta hoje sem o atendimento necessário, seja no Hospital de Santa Maria, seja em qualquer unidade de pronto atendimento. Esta é a realidade da população do DF hoje: falta transparência e o atendimento não funciona.

O último ponto, presidente, que eu gostaria de abordar: é dizer a vossa excelência que nós estamos falando de um hospital de retaguarda. Um hospital de retaguarda não tem porta aberta. Só é transferido para lá quem sai de outra unidade e quando existe vaga. Isso quer dizer que um hospital de retaguarda como esse não está superlotado. Ele não está superlotado como está o HRT, não está superlotado como está o HRC, porque o Iges-DF não abre a porta. A população não pode bater na porta de um hospital de retaguarda. A obrigação do Hospital Cidade do Sol é atender à população com qualidade, porque a população não tem direito...

(Soa a campainha.)

(Assume a presidência o deputado Robério Negreiros.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Conclua, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu quero mais tempo, presidente.

Nós temos que ter a clareza de que um hospital de retaguarda obviamente deve atender com qualidade, especialmente porque lá não se superam as vagas. Essa é a realidade hoje do Hospital do Cidade Sol.

Portanto, eu vou votar contrariamente, porque existe uma diferença de método. Eu acredito que quem deve gerir a saúde pública do DF é a Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Não pode existir um comando duplo, porque quem acaba prejudicado na ponta do atendimento em saúde é a população.

Eu discordo do deputado Roosevelt, quando ele diz que só o Iges-DF ou outras modalidades podem fazer compra rápida. Isso é possível. Nós estamos no sexto ano de governo. Se quisessem, era possível ter descentralizado mais o recurso, aperfeiçoado a gestão descentralizada, como se fez na educação, muito dava para ser feito. Hoje o gargalo que existe no DF é a saúde pública, e o Iges não resolveu e vai continuar sem resolver a situação.

É preciso uma discussão séria sobre esse tema.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Continua em discussão.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Todos já fizeram a discussão. O pessoal está fazendo até réplica de discussão, o que não existe no Regimento Interno.

Eu vou passar a presidência ao deputado Ricardo Vale.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Nós estamos discutindo essa matéria na CCJ agora. Quero responder primeiro, presidente, já que estamos na CCJ, ao deputado Roosevelt, que terá direito de resposta, se o quiser.

Deputado Roosevelt, a Lei nº 8.080 – parece que vossa excelência a desconhece – é a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, de 1990. Ela diz o seguinte, no art. 9º: "A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I do artigo 198 da Constituição Federal..." Sabe o que está acontecendo no DF? Existe comando duplo. Eu posso dar vários exemplos, vou dar o último: na crise da dengue, o governo reuniu à mesa a secretária de Saúde e o presidente do Iges, para serem questionados sobre a saúde pública e darem as respostas ao Distrito Federal.

Há comando duplo, há ingerência do Iges, inclusive sobre a secretária de Saúde. Isso viola o texto legal, a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde. Cito o artigo 8º: "As ações e serviços de saúde executados pelo SUS, seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada..." Acontece, deputado Roosevelt, que o Iges, hoje, deixou de ser complementar na alta complexidade. Todas as UPAs da cidade estão com o Iges. Isso não é mais serviço complementar, é uma violação descarada.

Eu já falei isto: o governador Ibaneis, que ganhou fortuna na área do direito, parece ter esquecido a lei quando assumiu o GDF. Rasgou o diploma de advogado, ou advoga só para os seus interesses. Mais uma vez, a base do governo quer falar sobre qualidade na saúde? Já estamos no sexto ano de governo!

A população do DF rejeita a saúde no Distrito Federal, porque está um caos! Vocês fizeram promessas quando aprovaram a lei do Iges, e o governador até falou: "Vai desburocratizar tudo, não vai mais faltar profissional". Vá a uma UPA agora. Vamos ver se não falta profissional em qualquer UPA dessa cidade!

"Não vai faltar insumo e medicamento." Isso é mentira, foi mentira! A tese da burocracia era só para tentar convencer a população. Só que já se passaram 6 anos de governo, 6 anos de caos, do desastre que é o Iges. Nos últimos 6 anos, o Iges ocupou mais as páginas da polícia do que as páginas sociais e da saúde nos jornais, infelizmente.

O que esta casa, a base e o governo estão fazendo hoje é ampliar um modelo falido, um modelo que já deu errado e que está sendo reprovado pela população. Eu já disse e repito, presidente:

ou acabamos com o Iges, ou o Iges vai continuar acabando com a saúde pública do Distrito Federal.

Infelizmente, o governo federal, hoje, faz mais uma opção para destruir o atendimento e o Sistema Único de Saúde do Distrito Federal. Mais uma vez, eu vou repetir isto: o governador está traindo a cidade, os servidores da saúde e a população, que vão continuar a conviver com o caos na saúde pública do Distrito Federal, por um problema de gestão e de opção deste governo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu falei muito anteriormente, mas percebo que eu não me fiz entender.

O serviço social autônomo difere da organização social. O modelo que o Iges juridicamente aplica é o serviço social autônomo. Qual é a grande diferença entre o serviço social autônomo e a OS? As organizações sociais são entidades totalmente independentes, como a Santa Casa. São entidades especializadas em gestão de saúde. As OS participam de editais, apresentam propostas e estabelecem contratos de gestão nos quais têm que atingir metas na área de saúde. Em contrapartida, elas recebem recursos. A gestão é totalmente independente. A organização social tem sua diretoria. Ela não tem que prestar contas para o Estado, no que diz respeito ao modelo de gestão, mas, sim, no que diz respeito à entrega e ao compromisso do contrato de gestão.

O serviço social autônomo é totalmente diferente. Ele atua no mercado como direito privado. Ele se relaciona e estabelece contratos como direito privado, mas a gestão é do Estado. Quem escolhe a diretoria, quem estabelece as diretrizes e o modelo de gestão ainda é o Estado.

Então, não há que se falar em terceirização; não há que se falar em duplo comando; não há que se falar em divergência, no que diz respeito às políticas públicas na área de saúde.

Quero deixar isso claro para discutirmos a matéria de forma madura e técnica. Eu evito, às vezes, entrar em debates, mas acho que temos que atacar as coisas da forma como elas são. Quero dizer que, no serviço social autônomo, não há duplo comando no que diz respeito à prestação de saúde pública no Distrito Federal.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Assumo presidência.

Agradeço ao nosso vice-presidente, deputado Ricardo Vale. Agradeço a todos a compreensão. Obrigado, deputados da mesa.

Quero dar boas-vindas à nossa secretária, presidente do MDB Mulher, Marcela Passamani – muito obrigado, secretária. A secretária tem um projeto extremamente importante para todos nós. É importante fazermos uma força-tarefa para votarmos a matéria.

Da mesma maneira, quero saudar o doutor Celestino e todo o pessoal da Defensoria – muito obrigado. Como falei para vocês, nós conversamos com o Palácio do Buriti. Estamos em condições de derrubar o veto. Todos os deputados já têm consciência disso. Tão logo seja possível, faremos isso.

Saúdo todos os deputados e deputadas, todos os assessores e assessoras e a imprensa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados. Houve 4 votos contrários: deputada Dayse Amarilio, deputado Max Maciel, deputado Gabriel Magno e deputado Fábio Félix. Estão ausentes, por licença médica, o deputado Chico Vigilante e o deputado Rogério Morro da Cruz.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.247/2024, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiramente, quero saudar vossa excelência. Eu estava sentindo a sua falta no plenário, presidente. O senhor faz muita falta. Seja bem-vindo a este debate tão importante para a cidade, presidente.

Mais uma vez, agora na discussão do projeto em primeiro turno, vou dizer o que eu tenho dito nesta tribuna, na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, nas visitas que nós temos feito aos vários equipamentos, nas conversas com os órgãos de controle: esta Casa, dia 6 de fevereiro, autorizou que o Iges fosse para o Hospital Cidade do Sol temporariamente. Esse foi o debate organizado no plenário.

Eu falo da sua ausência e da sua presença, presidente, porque eu destaco o seu papel na articulação política, pois a emenda para se realizar a transferência temporariamente foi possível com muito diálogo. A transferência seria realizada só durante o período da dengue.

Nós alertamos sobre um risco, a dificuldade que o Governo do Distrito Federal, infelizmente, tem de cumprir com a palavra, de cumprir acordos. Alertamos que o golpe poderia ser dado, porque, depois que transferíssemos o hospital, iriam vir com o discurso de que não daria mais para voltar, que a transferência teria que ser permanente.

Hoje, o golpe do governo Ibaneis é consolidado nesta casa. Aquela emenda e aquele debate que nós travamos no dia 6 de fevereiro foram rasgados, porque o governo encaminhou para esta casa o que alertávamos: a transferência definitiva. E ele não apresentou, presidente, durante esse tempo inteiro, nenhuma solução. Não fez nenhum gesto para fortalecer o SUS, para recompor a força de trabalho do SUS com servidores públicos, para enfrentar o problema e a crise da dengue que vivenciamos nesses meses todos – e, ainda, está morrendo gente.

Eu disse e repito: estamos terminando o mês de agosto, presidente, e o governo ainda não anunciou o calendário de prevenção à dengue do ano que vem. Nós estamos na seca, e é este o momento propício para se fazer o enfrentamento.

Não há anúncio para a contratação dos Avas, dos ACS. Nós estamos repetindo o desastre da política do ano passado, que explodiu no início deste ano. Desse jeito, fazendo a mesma coisa, o que vai acontecer no ano que vem é que nós vamos vivenciar mais uma vez a crise.

A crise, que significa mortes e pessoas desesperadas, tem nome: Iges e Governo do Distrito Federal. Por isso, presidente, vamos votar contra a expansão do Iges. É isto que está sendo votado hoje: a ampliação do Iges no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiramente, queria me comunicar com todos os servidores da saúde do Distrito Federal – especialistas, técnicos, pesquisadores, pessoas que estão na universidade ou estão na ponta trabalhando – para dizer que a posição do PSOL é contrária à ampliação do Iges.

Primeiro, porque não acreditamos na fantasia desse governo de que o Iges-DF solucionou os problemas da saúde pública do DF. Nenhum parlamentar do governo ou nenhum argumento do governo hoje nos convenceu de que esse é o caminho para a saúde pública do DF.

A nossa posição é absolutamente contrária a esse método que, hoje, já administra as UPAs; já administra o Hospital de Santa Maria; já administra o Hospital de Base; e não consegue fazer o atendimento qualificado da população do DF.

Nós estamos, hoje, falando de um hospital de retaguarda, mas isso significa necessariamente a ampliação desse modelo. O nosso compromisso é com uma visão global da saúde pública do Distrito Federal.

Portanto, votaremos contra a ampliação do Iges-DF. Eu gostaria de pedir a vossa excelência que fizesse a votação nominal. A história honrará aqueles que, neste momento, estão votando contra esse modelo, que já causou muitos problemas e acredito que continuará a causar mais problemas ainda para esta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a sugestão de vossa excelência. A votação será pelo processo nominal.

Passarei a palavra à deputada Dayse Amarilio e, na sequência, ao nosso presidente Ricardo Vale.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, mais

uma vez, reafirmamos nosso compromisso com a saúde do Distrito Federal. Eu não faço aqui uma defesa de nicho, de categoria, porque, como enfermeira, sei pelo que as pessoas estão passando.

Nós votaremos contra qualquer ampliação do Instituto de Gestão Estratégica, porque acreditamos numa saúde que precisa, inclusive, ser reorganizada, partindo da atenção primária. Se efetivamente houver investimentos na atenção primária, pode-se realmente fazer grandes coisas no Distrito Federal. Isso, presidente, reflete a dificuldade que vai desde a execução de um PDPAS até a criação de condições nessas unidades básicas de saúde para comportar e formar mais equipes e fortalecer o sistema.

Há, sim, um projeto para o Distrito Federal, para que as pessoas sejam melhor atendidas. Qualquer projeto que proponha a ampliação desse instituto, que ainda não demonstrou o seu propósito, votaremos contra, presidente. Nós vamos lutar pela saúde, por quem mais precisa, e por um SUS fortalecido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, não há como falar diferente, vendo a situação da saúde pública do Distrito Federal. Todos nós aqui, deputados, sabemos disso, pois somos procurados todos os dias com muitas reclamações por parte dos usuários do SUS.

Há um grande problema de gestão na saúde pública do Distrito Federal e não é de hoje; isso já persiste há algum tempo. E, infelizmente, parece que o Iges pensa de um jeito e a Secretaria de Saúde pensa de outro. Parece que não há uma unidade na gestão, cada órgão age de uma forma, e quem sofre é a população do Distrito Federal.

Observando as pesquisas, como a população tem criticado a saúde pública do Distrito Federal! Como eu tenho sido procurado e muitos de vocês também para tentar conseguir uma simples consulta, uma cirurgia, enfim! Como está demorado e difícil para a população passar pelo que vem passando.

O Governo do Distrito Federal aposta na gestão privada, aposta no Iges, que cada vez ocupa mais espaço na gestão, e a Secretaria de Saúde cada vez menos. Eu votei contra, em 2017, quando o ex-governador Rollemberg apresentou esse modelo de gestão privada da saúde pública do Distrito Federal. Eu votei contra e tenho certeza de que fiz a coisa correta, porque, até hoje, não sabemos o porquê dessa privatização da saúde pública do Distrito Federal. Se estivesse funcionando, até poderíamos ter outra visão, mas esse é o modelo no qual o Governo do Distrito Federal apostou: fortalecer o Iges e enfraquecer a Secretaria de Saúde, cada vez mais.

Como eu falei, não há unidade de ação. Não há unidade. O Iges fica de um lado; a Secretaria de Saúde, de outro. Quem sofre com isso é a população.

Estou fazendo esta análise porque quero deixar bem claro que não acredito nesse modelo de gestão privada. Mas se é nisso que o governo está apostando, não sou eu que vou votar contra para, como foi dito aqui, prejudicar a saúde do Distrito Federal.

Eu queria fazer este registro e dizer que vou votar favoravelmente a que a gestão do Hospital Cidade do Sol permaneça com o Iges, mas não tenho muita esperança de que, a curto ou médio prazo, a saúde pública do Distrito Federal mude.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis e 4 votos contrários. Houve 6 ausências devidamente justificadas.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 114:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.169/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a implementação de protocolo de segurança nas maternidades e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Segurança; a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; a Comissão de Assuntos Sociais; a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Segurança, deputado Pastor Daniel de Castro, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Pastor Daniel de Castro, que emita parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 1.169/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a implementação de protocolo de segurança nas maternidades e dá outras providências".

No âmbito desta Comissão de Segurança, quanto aos aspectos de mérito, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.169/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, deputado Gabriel Magno, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Gabriel Magno, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.169/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a implementação de protocolo de segurança nas maternidades e dá outras providências".

É dever do Estado proteger famílias, crianças e servidores que estão sob cuidados do serviço de saúde.

Assim, as ações que o projeto prevê, como fazer cadastro biométrico da mãe e do bebê, monitorar as áreas de acesso ao local, capacitar as equipes sobre a questão da segurança e garantir que o recém-nascido sempre esteja acompanhado por um dos seus responsáveis, visam reduzir a chance de que esse tipo de crime possa ocorrer dentro das maternidades no Distrito Federal.

Por isso, no âmbito desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura, nós somos pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 1.169/2024.

Este é o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.169/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a implementação de protocolo de segurança nas maternidades e dá outras providências".

Presidente, somos pela aprovação do projeto. Aproveito para parabenizar o envio deste projeto. Como enfermeira obstetra, entendo a importância da questão da segurança nas maternidades.

Portanto, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 1.169/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.169/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a implementação de protocolo de segurança nas maternidades e dá outras providências".

O referido projeto de lei prevê a implantação de pulseira de identificação com código de barras ou chip em todos os recém-nascidos e mães e monitoramento por câmeras de segurança em todas as áreas de circulação dos bebês e de acesso restrito, com armazenamento das gravações pelo período mínimo de 30 dias, entre outras medidas.

Nesta comissão, somos pela admissibilidade do projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

A presidência designa o deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.169/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a implementação de protocolo de segurança nas maternidades e dá outras providências".

A proposição observa todas as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece o desenvolvimento da atuação governamental.

No âmbito desta comissão, manifesto o voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.169/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.169/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Assumo a presidência.

Item nº 193:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 91/2024, de autoria do deputado Wellington Luiz, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Cleber Lopes de Oliveira".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, designo o deputado Pastor Daniel de Castro.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao relator, deputado Pastor Daniel de Castro, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 91/2024, de autoria do deputado Wellington Luiz, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Cleber Lopes de Oliveira".

Senhor presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, quanto ao mérito, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 91/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

A presidência designa o deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 91/2024, de autoria do deputado Wellington Luiz, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Cleber Lopes de Oliveira".

Meu voto é pela admissibilidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 91/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 91/2024, em turno único.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis.

Está aprovado.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a promulgação.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu queria pedir a vossa excelência que pautasse o PDL nº 115. Trata-se da concessão do título de cidadão honorário de Brasília à jornalista Lilian Tahan, do *Metrópoles*. Na semana que vem o *Metrópoles* completa 9 anos, e nós faremos uma sessão solene em sua homenagem. Nós gostaríamos de entregar esse título a ela.

Então, eu peço a vossa excelência, se puder, com o acordo dos líderes, pautar o PDL nº 115.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a solicitação do deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PEPA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, solicito que votemos em bloco os PDLs. O deputado Pastor Daniel de Castro solicitou que fosse apreciado um projeto de decreto legislativo. Então, eu vou solicitar que sejam apreciados o PDL nº 190 e o nº 191.

Então, vamos votar os PDLs em bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Nós só precisamos verificar se todos os deputados concordam. Eu entendo que, se você não quer votar, que vote contra. Só não atrapalhe a votação. Eu sou a favor que votemos em bloco. O problema é que, daqui a pouco, podem pedir para tirar algum dos projetos da pauta de votação.

Todos os deputados concordam que votemos os PDLs em bloco? (Pausa.)

A concessão do título de cidadão honorário de Brasília é uma escolha pessoal do deputado. O problema é esse, deputado Pepa, porque o senhor concorda, e eu também, que sejam votados em bloco, mas sempre há um ou outro deputado que é contra. Eu não acho lógico isso.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu vou deixar outra questão para o deputado Fábio Félix. Mas, lembro de não pularmos um projeto extrapauta que é importante. Trata-se do projeto da Defensoria, e já há o acordo no Colégio de Líderes para a sua votação. Só para não o deixarmos passar, porque é importante. Solicito que façamos logo a sua votação, antes que percamos o quórum.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço-lhe e acolho a solicitação do deputado Max Maciel.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, existe um método que vossa excelência sempre adota nesta casa, que são os PDLs de concessão de títulos de cidadão honorário de Brasília que são consensuais. Porque, é óbvio, há os polêmicos, mas são poucos.

Eu acho que podíamos pegar todos os consensuais, em que não há problema, que eu acho que é a maioria, e os votarmos em bloco. O meu é o PDL nº 189. E eu sugiro que votemos em bloco esses consensuais, porque se faz só um parecer, com a votação nominal. Não há problema. E, daqueles mais polêmicos, deixamos para fazer a discussão posteriormente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Por isso que eu falei, deputado Fábio Félix, exatamente a mesma coisa. A votação é em bloco? Todos os deputados presentes concordam? Se não houver problema, votaremos em bloco.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, lembro que na reunião de líderes da semana passada nós acordamos votá-los em bloco para anteciparmos a votação e partirmos para a apreciação dos projetos de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Essa é a ideia.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Houve esse acordo tanto para o projeto referente à Defensoria quanto para os projetos de lei dos deputados. Ficamos de votar 1 projeto do governo e 6 de deputados. Presidente, que cumpramos esse acordo.

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, peço a inclusão do PDL nº 187 no bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A solicitação de vossa excelência já foi acolhida.

Há acordo para votarmos em bloco alguns desses projetos de decreto legislativo?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu queria sugerir algo que considero pertinente ao que vossa excelência disse em relação a haver consenso. Principalmente a oposição, ela sempre consegue passar seus projetos. Os projetos em que não há consenso, como os do deputado Pastor Daniel de Castro, vão ficando para trás. Nós temos de votar todos em bloco. Que peça destaque quem votará contra, senão o deputado não consegue que o seu projeto seja apreciado. Quem quiser votar contra que vote contra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu consigo entender a oposição. Eu tenho projetos que concedem o título de cidadão honorário ao Bolsonaro, ao Nikolas Ferreira e à Michelle. É natural que eles não os votem em bloco. Mas peço a vossa excelência que os votem em bloco e que eles peçam o destaque. Não podemos votá-los em bloco e deixar esses de fora da votação. O projeto que concede título ao Bolsonaro já está aqui há zilhões de tempos, não será votado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O problema é que se houver destaque o projeto sairá do bloco.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu gostaria da garantia de vossa excelência de que, mesmo que se vote em bloco, os projetos que são polêmicos também sejam apreciados nesta sessão. Que eles votem contra. Senão nunca os votaremos. Eles não caminham.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votaremos ainda hoje.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ainda hoje.

Obrigado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, não há acordo, obviamente, para votarmos os projetos polêmicos.

Bloco e destaque são 2 coisas regimentais diferentes. Só se vota em bloco, sem destaque, aquilo que é consensual. Se um parlamentar pedir destaque, a votação precisa ser destacada. É para isso que existe o instrumento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Exatamente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A questão em si é, quando vossa excelência pautar os polêmicos, nós os debateremos. A nossa sugestão é que votemos agora em bloco os projetos consensuais de todos os parlamentares para que possamos avançar nisso. A maioria é consensual.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, solicito que cumpramos o acordo do Colégio de Líderes e votemos o projeto da Defensoria, até em consideração a eles que estão aqui desde o começo desta sessão. O pessoal está lá em cima. Houve um acordo ontem no Colégio de Líderes. Por mais que o Plenário seja soberano...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Mas nós precisamos sensibilizar os deputados sobre isso. Passamos muito tempo discutindo.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Sim.

Presidente, vamos votar o projeto referente à Defensoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos pular os projetos de decreto legislativo?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, peço que votemos primeiramente os projetos de decreto legislativo. Votaremos o projeto referente à Defensoria. Se há alguém aqui favorável à Defensoria sou eu. Vossa excelência sabe disso. Inclusive há um acordo que votamos para os defensores mas que ainda não veio para os servidores. Esse acordo tem o meu apoio incondicional. Mas peço a vossa excelência que votemos os projetos de decreto legislativo, inclusive os polêmicos. Senão eles nunca serão votados. Há quórum neste momento.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, o item nº 122, Projeto de Lei nº 679/2023, há muito tempo está na pauta, desde o semestre passado. Ele trata da questão dos taxistas, do prazo referente aos seus carros. Eles recebem uma multa atrás da outra. Até hoje esse projeto não foi votado. Eu já solicitei várias vezes que o coloquemos em pauta. Não por mim, por eles e pela fiscalização.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MARTINS MACHADO) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Sem revisão do orador.) – Presidente, sou favorável a votarmos primeiro o veto ao projeto da Defensoria e depois os projetos de decreto legislativo. O ideal seria fazer uma consulta aos líderes e democraticamente definirmos se será o PDL ou a derrubada do veto da Defensoria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu acho que devem ser votados primeiramente aqueles que ficaram do semestre passado, depois votamos os outros. Isso aqui está virando uma palhaçada, os projetos do semestre passado não foram votados até hoje, como é o caso do projeto dos taxistas.

Então, vamos votar os que estavam no semestre passado, depois damos sequência a esses PDLs e ao da Defensoria Pública também; respeitando, assim, os projetos do semestre passado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado, mas, na reunião de líderes, nós não acordamos dessa forma. Vossa excelência tem razão, mas precisamos seguir a dinâmica que foi acordada no Colégio de Líderes.

A polêmica agora é com relação aos PDLs e, se não chegarmos a um acordo, infelizmente, eu terei que retirá-los; precisamos acertar a dinâmica, não o que vamos votar.

Com toda honestidade, eu acho que deveríamos votar; quem for contrário, que vote contra, registre o seu voto contrário. Mas impedir que o deputado coloque o seu PDL para votação também não é justo. Se for o caso, faremos 2 ou 3 blocos.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, estamos perdendo o quórum, portanto, sugiro que se encerre a sessão ordinária e que se abra uma sessão extraordinária, para votarmos a derrubada do veto da Defensoria e o segundo turno do projeto do hospital. No próximo Colégio de Líderes, vemos essa discussão toda.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 51:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 116/2022, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que "acrescenta o dispositivo que menciona à Lei Complementar nº 980, de 30 de dezembro de 2020, que 'institui a Política de Atendimento Integrado da Defensoria Pública do Distrito Federal e dá outras providências', e dá outras providências".

Foi deferida a questão de ordem apresentada no dia 27 de fevereiro de 2024, publicado no DCL

de 28 de fevereiro de 2024, e apresentado o relatório no sistema.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO MACHADO DE ASSIS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, a orientação da liderança do governo, é pela liberação da bancada. Eu, enquanto parlamentar, votarei pela derrubada em respeito à Defensoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da casa.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos contrários.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao senhor Governador do Distrito Federal.

Obrigado. Parabéns! Aproveito para pedir o apoio do nosso defensor, que tem nos ajudado muito. Nós temos o pleito dos analistas da Defensoria que precisa avançar. É extremamente importante isso, já que foi um acordo também feito lá atrás e precisamos avançar com isso.

Parabéns a toda a Defensoria.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na verdade, eu gostaria de fazer uma sugestão para essa questão dos PDLs.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, vamos encerrar esta discussão e iniciar outra a respeito dos PDLs, está bem?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu só quero deixar mais uma vez registrado que nós precisamos trazer para esta casa o projeto dos analistas da Defensoria Pública, que é acordo desta casa sedimentado inclusive pela Mesa Diretora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Presidente, vi que estava havendo uma divergência em relação aos PDLs. Há alguns parlamentares que têm essa certa urgência, por exemplo, o deputado Pastor Daniel de Castro nos falou que há uma entrega na semana que vem, e o deputado Eduardo Pedrosa tem vários PDLs que estão atrasados. Eu também tenho. A minha sugestão seria fazer em 2 etapas, mas com o compromisso de votarmos todos. Primeiro, poderíamos votar em bloco os que não são polêmicos. Depois, faremos a votação de item por item dos que são

polêmicos, mas com o compromisso de votarmos os que são polêmicos também. Assim, votamos em bloco todos os projetos sobre os quais não há nenhuma discussão e podermos reduzir a pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, eu gosto da ideia. O problema é que a definição de polêmico é muito pessoal. Eu posso indicar um projeto com o qual vossa excelência não concorde e ele passa a ser polêmico. A questão polêmica é um tanto complicada. Por isso eu vou insistir que cheguemos a um acordo e coloquemos em votação os PDLs. Quem for contra, vota contra.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se vossas excelências acertarem isso, porque a polêmica não está apenas nessa questão ideológica de esquerda ou de direita, ela vai muito mais além.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Qual é o projeto que não tem polêmica?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Vou fazer uma proposta, presidente. Vamos votar todos os projetos consensuais e depois discutimos os projetos polêmicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeito. Façam isso e depois votamos.

Nada mais havendo a tratar, a presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação dos seguintes projetos:

– Projeto de Lei nº 1.247/2024, de autoria do Poder Executivo;

– Projeto de Lei nº 1.169/2024, de autoria do Poder Executivo.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h06min.)

Observação: Nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde
APA – Área de Proteção Ambiental
Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CEM – Centro de Ensino Médio
Cemab – Centro de Ensino Médio Ave Branca
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
CESC – Comissão de Educação, Saúde e Cultura
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
DCL – Diário da Câmara Legislativa
DER-DF – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal
Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Epig – Estrada Parque Indústrias Gráficas
EPNB – Estrada Parque Núcleo Bandeirante
EPTG – Estrada Parque Taguatinga
Gaps – Gestão e Assistência Pública à Saúde
GDF – Governo do Distrito Federal
HRC – Hospital Regional da Ceilândia
HRT – Hospital Regional de Taguatinga
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental
IEPS – Instituto de Estudos para Políticas da Saúde
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
InCor – Instituto do Coração

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IST – Infecção Sexualmente Transmissível
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OS – Organização Social
PCC – Primeiro Comando da Capital
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PDPAS – Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde
Procon-DF – Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal
Seagri-DF – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
TCU – Tribunal de Contas da União
UBS – Unidade Básica de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UTI – Unidade de Terapia intensiva
VEP – Vara de Execuções Penais
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no *portal da CLDF*.

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON KONIG - Matr. 12651**, **Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 28/08/2024, às 14:51, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1799138** Código CRC: **4D3DB233**.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO